Universidade do Minho
Escola de Economia, Gestão e
Ciência Política

Sara Beatriz de Além Malheiro

O relato de sustentabilidade em empresas vinícolas: estudo de caso na empresa Quintas de Melgaço, S.A.

Abriil de 2026

O relato de sustentabilidade em empresas vinícolas: estudo de caso na empresa Quintas de Melgaço, S.A.
Sara Beatriz de Além Malheiro
UMinho | 2026

Universidade do Minho
Escola de Economia, Gestão e
Ciência Política

Sara Beatriz de Além Malheiro

O relato de sustentabilidade em empresas vinícolas: estudo de caso na empresa Quintas de Melgaço, S.A.

Dissertação de Mestrado

Mestrado em Gestão e
Negócios

Trabalho efetuado sob a orientação de

Professora Doutora Lídia Cristina Alves Morais Oliveira e Professora Doutora Ana Alexandra Ramos Caria Pereira

Abril de 2026

DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.

Licença concedida aos utilizadores deste trabalho



Atribuição Não Comercial Sem Derivações

CC BY-NC-ND

https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/

AGRADECIMENTOS

Gratidão é a palavra que melhor define este momento, marcado por um caminho feito de desafios, aprendizagens e pessoas que o tornaram tão especial. A conclusão deste capítulo e a obtenção do grau de Mestre em Gestão e Negócios pela Universidade do Minho representam a realização de um sonho há muito tempo desejado. Mais do que um fim, este é um recomeço cheio de esperança e novas oportunidades. Levo comigo um profundo reconhecimento e carinho por todos os que caminharam ao meu lado e tornaram esta conquista possível!

Aos meus pais e avós, deixo um agradecimento sentido, cheio de emoção, por tudo aquilo que representam na minha vida. Foram vocês que tornaram possível este percurso, ao acreditarem em mim mesmo quando tudo parecia mais difícil, ao investirem na minha educação e ao nunca deixarem que me faltasse apoio. A vossa presença constante, o vosso carinho, a vossa paciência e a força que sempre me transmitiram foram o meu maior refúgio e a razão pela qual nunca desisti. Esta conquista também é vossa, porque sem vocês nada disto teria sido possível!

Às Professoras Lídia Oliveira e Ana Caria, minhas orientadoras, manifesto o meu sincero agradecimento por todo o apoio ao longo deste caminho. A vossa dedicação e a forma disponível e motivadora com que sempre me orientaram foi essencial para a concretização desta dissertação, pelo que levo comigo tudo o que me ensinaram, guardado com enorme gratidão, carinho e admiração.

À Quintas de Melgaço, S.A., pela oportunidade de realizar este estágio profissional e da colaboração no desenvolvimento desta investigação. A todos os colaboradores, deixo um sincero agradecimento pela forma como me acolheram e integraram, sempre com simpatia e espírito de entreajuda. Um agradecimento especial à equipa que colaborou diretamente neste estudo, pela partilha de experiências, conhecimentos e pela disponibilidade constante, sem os quais não teria sido possível desenvolver este trabalho.

Por fim, aos meus amigos, deixo um agradecimento cheio de carinho por estarem sempre presentes ao longo deste percurso. Pelo apoio nos momentos mais difíceis,

pelas palavras certas nas alturas incertas e por todas as vezes em que me fizeram acreditar que eu sou capaz, mesmo quando duvidava. A todos os que, de alguma forma, caminharam ao meu lado e contribuíram, direta ou indiretamente, para esta conquista, levo-vos comigo com enorme gratidão no coração.

A todos, deixo um profundo agradecimento, por fazerem parte desta conquista que também é um pouco de cada um de vós!

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

DECLARAÇÃO DE USO DE FERRAMENTAS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL (IA)

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri a qualquer forma de utilização indevida de ferramentas de Inteligência Artificial (IA), nem à falsificação ou omissão de informações, fontes, dados, resultados ou processos em nenhuma das etapas conducentes à sua elaboração.

Declaro ainda que qualquer utilização de ferramentas de IA foi feita de forma transparente e responsável, encontrando-se devidamente assinalada/descrita no trabalho, e que procedi à verificação crítica da exatidão do conteúdo produzido com o seu apoio, assumindo integralmente a responsabilidade pelo que submeto.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho, bem como as normas aplicáveis de integridade académica e de proteção de dados.

A presente dissertação utilizou ferramentas de inteligência artificial generativa, nomeadamente o GPT-5 da OpenAI, bem como a plataforma Perplexity AI, com o objetivo de apoiar a revisão linguística do texto, promovendo maior clareza, correção gramatical e consistência estilística. A utilização destas ferramentas limitou-se a um apoio de natureza exclusivamente editorial. O desenvolvimento do raciocínio académico, assim como todas as análises e conclusões apresentadas, são da inteira responsabilidade da autora.

O RELATO DE SUSTENTABILIDADE EM EMPRESAS VINÍCOLAS: ESTUDO DE CASO NA EMPRESA QUINTAS DE MELGAÇO, S.A.

RESUMO

O presente estudo analisa a integração da sustentabilidade nas práticas organizacionais das empresas vinícolas da sub-região Monção & Melgaço, explorando simultaneamente o processo de adoção do relato de sustentabilidade, com foco particular na empresa Quintas de Melgaço, S.A.

A investigação insere-se num paradigma interpretativista e adota uma metodologia qualitativa, baseada numa estratégia de estudo de caso, combinando análise documental e entrevistas semiestruturadas, posteriormente tratadas através de análise de conteúdo.

Os resultados evidenciam que a sustentabilidade é integrada de forma progressiva e estrategicamente orientada, sendo fortemente condicionada pelas especificidades do setor vinícola. As práticas sustentáveis identificadas centram-se, sobretudo, nas dimensões ambiental, social e de *governance* (ESG), embora revelem ainda um nível inicial de formalização e maturidade. O relato de sustentabilidade encontra-se igualmente numa fase embrionária, emergindo sobretudo como resposta ao reforço do enquadramento regulatório europeu, às crescentes exigências de *stakeholders* internacionais e à necessidade interna de monitorização e gestão de indicadores. Entre as principais motivações para a adoção da sustentabilidade e do seu relato destacam-se a melhoria da reputação, a diferenciação competitiva e motivações éticas, enquanto as principais barreiras incluem a complexidade técnica e constrangimentos financeiros.

Neste sentido, o estudo contribui para a literatura ao evidenciar como a sustentabilidade e o seu relato são operacionalizados num setor tradicional, oferecendo uma reflexão sobre os fatores que impulsionam e limitam a sua adoção em contextos organizacionais específicos.

Palavras-chave: Sustentabilidade empresarial, Relato de Sustentabilidade, Setor Vinícola

SUSTAINABILITY REPORTING IN WINE COMPANIES: A CASE STUDY OF QUINTAS DE MELGAÇO, S.A.

ABSTRACT

The present study aims to analyse the integration of sustainability into the organizational practices of wine companies in the Monção & Melgaço sub-region, while simultaneously exploring the process of adopting sustainability reporting, with a particular focus on Quintas de Melgaço, S.A.

The research is grounded in an interpretivist paradigm and adopts a qualitative methodology, based on a case study strategy, combining document analysis and semi-structured interviews, which were subsequently examined through content analysis.

The findings reveal that sustainability is integrated in a progressive and strategically oriented manner, being strongly shaped by the specific characteristics of the wine sector. The identified sustainable practices are mainly focused on the environmental, social, and governance (ESG) dimensions, although they still reflect an early stage of formalization and maturity. Sustainability reporting is also at an embryonic stage, emerging primarily in response to the strengthening of the European regulatory framework, the growing demands of international stakeholders, and the internal need to monitor and manage key indicators. Among the main drivers for the adoption of sustainability and its reporting are reputation enhancement, competitive differentiation, and ethical motivations, while the main barriers include technical complexity and financial constraints.

In this sense, the study contributes to the literature by highlighting how sustainability and its reporting are operationalized within a traditional sector, offering a reflection on the factors that drive and constrain their adoption in specific organizational contexts.

Keywords: Corporate Sustainability, Sustainability Reporting, Wine Sector

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS iii

RESUMO vii

ABSTRACT viii

ÍNDICE DE FIGURAS xi

ÍNDICE DE TABELAS xi

1. INTRODUÇÃO 1

1.1. Justificação do estudo 1

1.2. Questão de investigação e objetivos 2

1.3. Contributos esperados 3

1.4. Estrutura do estudo 3

2. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SUSTENTABILIDADE CORPORATIVA: FUNDAMENTOS TEÓRICOS E APLICAÇÕES NO SETOR VITIVINÍCOLA 5

2.1. Desenvolvimento sustentável e sustentabilidade empresarial 5

2.2. O Relato de Sustentabilidade: evolução, motivações, efeitos e referenciais 13

2.3. O setor vitivinícola: caracterização, práticas sustentáveis e enquadramento do relato 22

2.3.1. O setor vitivinícola em números 22

2.3.2. A sustentabilidade e o setor vitivinícola 26

2.4. Em resumo 36

3. METODOLOGIA 39

3.1. Filosofia de investigação, abordagem e estratégia de investigação 39

3.2. Métodos de recolha de dados 40

3.3. Caracterização dos entrevistados 41

3.4. Métodos de análise dos dados 43

3.5. Em resumo 44

4. ESTUDO EMPÍRICO 45
4.1. Caracterização da sub-região Monção & Melgaço 45
4.2 A empresa Quintas de Melgaço, S.A. 48
4.2.1 História, estrutura e caracterização 48
4.2.2 Ética corporativa e sustentabilidade 50
4.3 Identificação, maturidade e estruturação das práticas de sustentabilidade 51
4.4. A comunicação das práticas de sustentabilidade e o relato formal da sustentabilidade 55
4.5. Motivações e barreiras à adoção de práticas de sustentabilidade e ao relato de sustentabilidade 58
4.6. Discussão dos resultados 61
5. CONCLUSÃO.....67
5.1. Principais Conclusões 67
5.2. Contributos do Estudo..... 69
5.3. Limitações do Estudo 69
5.4. Linhas de Investigação Futura 70
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....71
APÊNDICES.....85
Apêndice 1 – Guião de Entrevista..... 85
Apêndice 2 – Termo de Participação e Consentimento..... 88
ANEXOS.....90
Anexo 1- Organograma das Quintas de Melgaço, S. A. 90

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1. Etapas do processo de certificação do RNCSSV 33

Figura 2. Evolução do número de empresas certificadas pelo RNCSSV..... 34

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1. Produção de vinho na UE 24

Tabela 2. Caracterização dos entrevistados..... 43

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CE - Comissão Europeia

CDP – *Carbon Disclosure Project*

CSR – Corporate Social Responsibility (Responsabilidade Social Empresarial)

CSRD – *Corporate Sustainability Reporting Directive*

CVRA – Comissão Vitivinícola Regional Alentejana

EFRAG – *European Financial Reporting Advisory Group*

ESG – *Environmental, Social and Governance*

ESRS – *European Sustainability Reporting Standards*

GRI – *Global Reporting Initiative*

IASB – *International Accounting Standards Board*

IFRS – *International Financial Reporting Standards*

ISSB – *International Sustainability Standards Board*

IVV – Instituto da Vinha e do Vinho

NFRD – *Non-Financial Reporting Directive*

ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (SDGs: Sustainable Development Goals)

OIV – Organização Internacional da Vinha e do Vinho

PME – Pequenas e Médias Empresas

PSVA – Programa de Sustentabilidade dos Vinhos do Alentejo

RNCSSV – Referencial Nacional de Certificação de Sustentabilidade do Setor Vitivinícola

SASB – *Sustainability Accounting Standards Board*

TCFD – *Task Force on Climate-Related Financial Disclosures*

VSME – *Voluntary Standard for Non-Listed Micro, Small and Medium-Sized Enterprise*

1. INTRODUÇÃO

Neste capítulo, apresenta-se a justificação e a motivação subjacentes à escolha do tema, bem como a formulação da questão de partida do estudo, a definição dos seus objetivos, os contributos esperados e a organização estrutural da presente dissertação.

1.1. Justificação do estudo

Atualmente, a gestão e a administração de negócios desempenham um papel essencial para a sustentabilidade e o sucesso das organizações. Com base nos conhecimentos adquiridos ao longo do Mestrado em Gestão e Negócios, compreende-se que gerir uma empresa requer uma abordagem estratégica e abrangente, que envolva o planeamento e a coordenação eficazes dos recursos humanos, financeiros e materiais, com o propósito de alcançar os objetivos a curto, médio e longo prazo.

Além disso, nos últimos anos, a temática da sustentabilidade tem adquirido crescente relevância na sociedade a nível global (Comissão Europeia, 2019; ICSIS, 2026; Jornal de Negócios, 2025). Esta evolução, associada ao crescimento da população, da riqueza e do consumo, tem exercido uma pressão insustentável sobre o planeta e os seus recursos. Neste sentido, o interesse por questões socioambientais, como mudanças climáticas, escassez de recursos naturais e preservação do meio ambiente, tem instigado tanto consumidores quanto empresas a reavaliarem as suas práticas e comportamentos (Souza, 2024).

As empresas contemporâneas seguem os rumos das organizações precursoras e predispõem-se a direcionar os seus investimentos para ações que procurem atender não só aos interesses económicos, mas também àqueles que perpetuam a imagem de responsabilidade socioambiental e, por consequência, gerem rentabilidade sob novas práticas de gestão economicamente viáveis (Miranda, 2023).

No setor vinícola, esta realidade assume particular relevância. Além de se tratar de um setor com forte ligação ao território, dependente de recursos naturais sensíveis (solo, água, clima) e de grande impacto económico e cultural em diversas regiões, este setor tem também registado um crescimento significativo, impulsionado pelo aumento do

enoturismo e pela procura crescente de vinhos diferenciados e sustentáveis (Kiwa, 2025; Félix et al., 2024). Para que este crescimento ocorra de forma equilibrada e responsável, a certificação de sustentabilidade tem assumido um papel preponderante, promovendo práticas que respeitam o ambiente e aprimoram a competitividade dos vinhos portugueses no mercado global (Kiwa, 2025). A pressão para adotar práticas mais sustentáveis é, assim, acompanhada da necessidade de comunicá-las de forma clara, credível e estruturada (Bruno, 2022).

Neste enquadramento, reveste-se de importância compreender como as empresas vinícolas de Monção & Melgaço integram práticas de sustentabilidade e as relatam, considerando as respetivas motivações, perceções e constrangimentos.

1.2. Questão de investigação e objetivos

Para aprofundar a compreensão do fenómeno em estudo e orientar a investigação, é desenvolvido um estudo de caso, apresentando-se de seguida as questões de investigação:

- Como é que a sustentabilidade é integrada nas práticas organizacionais na empresa Quintas de Melgaço, S.A., uma empresa vinícola da sub-região de Monção & Melgaço?
- Como se caracteriza o processo de relato de sustentabilidade nessa empresa?

Por sua vez, o objetivo do trabalho proposto consiste em analisar a integração da sustentabilidade nas práticas organizacionais e caracterizar o processo de relato de sustentabilidade na Quintas de Melgaço, S.A. Assim, apresento os seguintes objetivos específicos: 1. Identificar e analisar a maturidade e estruturação das práticas de sustentabilidade na empresa; 2. Analisar como o relato de sustentabilidade está a ser efetuado; 3. Explorar perceções e motivações associadas ao relato e 4. Identificar barreiras à adoção do relato de sustentabilidade.

Para atender aos objetivos propostos, esta investigação adota uma abordagem qualitativa, enquadrada no paradigma interpretativista. Como referido, a estratégia metodológica assenta no estudo de caso, com uma abordagem abdutiva, baseada na

análise de relatórios e do website da empresa e em entrevistas semiestruturadas a colaboradores da empresa Quintas de Melgaço, S. A. Esta empresa dedica-se à produção e comercialização de Vinhos Verdes, com especial destaque para a casta Alvarinho.

1.3. Contributos esperados

Os contributos desta dissertação assumem relevância tanto para o tecido empresarial como para a comunidade académica, na medida em que permitem aprofundar a compreensão sobre a forma como a sustentabilidade é integrada nas práticas organizacionais e como o respetivo relato está a ser desenvolvido num contexto real. Além disso, a dissertação pretende reforçar o corpo de conhecimento existente sobre Pequenas e Médias Empresas (PME) e sustentabilidade, ampliando a compreensão da realidade deste segmento e oferecendo novas perspetivas para investigações futuras.

1.4. Estrutura do estudo

Esta dissertação encontra-se estruturada em cinco capítulos. No primeiro capítulo, referente à introdução, são apresentadas a justificação e a motivação para a escolha do tema do estudo, bem como as questões de investigação, os seus objetivos, os contributos esperados e a sua estrutura.

No segundo capítulo, apresenta-se a revisão da literatura, que aborda os principais conceitos e práticas relacionados à sustentabilidade nas empresas. Além disso, este capítulo inclui a análise do desenvolvimento do relato de sustentabilidade e dos principais referenciais existentes, bem como a caracterização do setor vinícola a nível global, as suas práticas sustentáveis e o enquadramento do relato.

O terceiro capítulo apresenta a metodologia do estudo, detalhando o paradigma de investigação, a natureza do estudo, a estratégia de investigação adotada, bem como os métodos utilizados para a recolha e a análise dos dados. O quarto capítulo é dedicado ao estudo empírico realizado, apresentando os resultados obtidos e a sua análise. Por

último, o quinto capítulo desenvolve as conclusões do estudo, destacando as suas limitações e os principais contributos.

2. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SUSTENTABILIDADE CORPORATIVA: FUNDAMENTOS TEÓRICOS E APLICAÇÕES NO SETOR VITIVINÍCOLA

No presente capítulo, apresenta-se a literatura relevante, a fim de estabelecer o enquadramento teórico que sustenta a investigação, situando o tema num quadro mais amplo e atual. A estrutura desenvolve-se progressivamente, passando de uma abordagem geral dos conceitos fundamentais para uma análise mais específica do relato de sustentabilidade e do setor em estudo.

Na secção 2.1 são introduzidos os conceitos de desenvolvimento sustentável e de sustentabilidade empresarial, incluindo as práticas sustentáveis no contexto organizacional, a economia circular e a responsabilidade social empresarial, com enfoque nos fatores ambientais, sociais e de governação (*Environmental, Social and Governance* - ESG). Em seguida, na secção 2.2, analisa-se o relato de sustentabilidade, abordando os seus objetivos, os principais referenciais e a evolução dos modelos de relato. Por fim, na secção 2.3, procede-se à caracterização do setor em análise, identificando as suas especificidades, tendências e desafios no domínio da sustentabilidade e do relato de sustentabilidade, proporcionando o contexto necessário para a compreensão e fundamentação da investigação empírica desenvolvida nos capítulos subsequentes.

2.1. Desenvolvimento sustentável e sustentabilidade empresarial

Definir sustentabilidade não é uma tarefa simples. A literatura mostra que o conceito pode ser entendido como uma filosofia, uma abordagem ou uma prática que orienta o uso eficiente dos recursos atuais (Grant, 2010). Segundo Sachs (2015), o termo "sustentável" já não é recente; há muito que os gestores de zonas de pesca utilizavam este conceito para determinar a captura anual máxima de peixe compatível com uma população estável. No entanto, esta expressão ficou popular a partir de 1987 com a publicação do Relatório da Comissão Brundtland, ou seja, o relatório da Comissão Mundial sobre Ambiente e Desenvolvimento das Nações, que apresenta a seguinte definição de desenvolvimento sustentável: "O Desenvolvimento Sustentável é o desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a

capacidade de as gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades" (WCED, 1987, p.43).

Por outro lado, o desenvolvimento sustentável é um objetivo (ou meta) alcançado através da aplicação de um conjunto de princípios ou diretrizes de sustentabilidade (Diesendorf, 2000). Este constitui um tema em permanente evolução, capaz de induzir mudanças no comportamento da sociedade e no funcionamento das instituições, ao procurar equilibrar as dimensões social, económica e ambiental do desenvolvimento (Serafini et al., 2022).

Desde a década de 1980, este conceito tem vindo a ganhar relevo e, em 2015, assumiu particular destaque com a aprovação da Agenda 2030 e a definição dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Aprovada por líderes governamentais de 193 países na Assembleia Geral das Nações Unidas, a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável estabelece um novo quadro global para redirecionar a humanidade para um caminho sustentável, contemplando um conjunto de 17 objetivos, 169 metas e 232 indicadores, constituindo um quadro global de ação para "pessoas, planeta, prosperidade, paz e parcerias" através do estabelecimento de parcerias entre diversos setores e países (ONU, 2015). Os ODS constituem uma oportunidade única e necessária para apoiar um crescimento sustentável, regenerativo e inclusivo, sem o qual será impossível fazer face à emergência climática, à perda galopante de biodiversidade e às desigualdades e assimetrias sociais. Considera-se que têm a capacidade de desencadear inovação, crescimento económico e desenvolvimento a uma escala sem precedentes, exigindo transformações profundas nos sistemas produtivos, nos padrões de consumo e nas estruturas institucionais, convocando governos, empresas, academia e sociedade civil a cooperar na implementação de soluções sustentáveis (BSCD, s.d.).

Embora a adoção e a implementação dos ODS pelas empresas sejam de caráter voluntário, a sua integração tem vindo a ser fortemente influenciada pelas expectativas e pressões dos *stakeholders* (Whittingham et al., 2023). Neste cenário, as empresas tentam aplicar modelos de negócios inovadores e formas de gestão efetivas, promovendo a utilização correta dos recursos disponíveis com o objetivo de alcançar resultados sustentáveis e de alto desempenho no final do processo (Baldassare et. al, 2020).

De acordo com Santos e Silva (2017), a sustentabilidade empresarial é um desses modelos de negócios que, por meio de uma abordagem abrangente, possibilita equilíbrio financeiro, preservação do meio ambiente e práticas sociais que estimulam o desenvolvimento da sociedade. Além disso, Savitz e Weber (2006, p.2) afirmam que "uma empresa sustentável é aquela que gera benefícios para seus acionistas enquanto protege o ambiente e melhora a vida daqueles com quem interage". Nesse aspeto, as inter-relações entre a sociedade, o desenvolvimento económico e a proteção ambiental constituem parte integrante do conceito de sustentabilidade. Isto evidencia que a sustentabilidade empresarial não é apenas uma prática pontual ou uma ação filantrópica, mas sim uma estratégia integrada de gestão, baseada num novo modelo de desenvolvimento (Nguyen & Kanbach, 2023; GRI et al., 2015).

Neste contexto, a sustentabilidade empresarial pode ser entendida como a tradução, para o nível organizacional, dos princípios e metas do desenvolvimento sustentável consagrados na Agenda 2030. As empresas são chamadas a alinhar a sua estratégia com os ODS, adotando modelos de criação de valor que integrem simultaneamente desempenho económico, responsabilidade social e proteção ambiental, e que contribuam para a transição para uma economia mais limpa e inclusiva (Serafini, 2022). Ferramentas como o *SDG Compass* (GRI et al., 2015) surgem precisamente para operacionalizar esse alinhamento, guiando as empresas na integração sistemática dos ODS e ajudando a gerir a sua contribuição para a Agenda 2030. Este guião foi desenvolvido em parceria por três organizações de referência na área da sustentabilidade empresarial: GRI, Pacto Global das Nações Unidas e WBCSD, com o objetivo de traduzir os ODS para a realidade da gestão corporativa, oferecendo conceitos, orientações e exemplos adaptados ao contexto empresarial (GRI et al., 2015). Este guião apresenta os ODS como uma oportunidade para reforçar o *business case* da sustentabilidade, ao evidenciar que a integração de objetivos ambientais e sociais pode gerar inovação, abrir novos mercados, aumentar a eficiência operacional, fortalecer a reputação e reduzir riscos legais e reputacionais (GRI et al., 2015).

Por outro lado, importa salientar a relação entre a Responsabilidade Social Empresarial (RSE) e o conceito de sustentabilidade. Enquanto a sustentabilidade representa um enquadramento mais amplo e normativo, orientado para o equilíbrio entre as

dimensões económica, social e ambiental a nível global, a RSE pode ser entendida como a aplicação prática desses princípios no contexto organizacional (Meseguer-Sánchez, 2021). Uma das visões mais conceituadas nesta área é a da Comissão das Comunidades Europeias, que definiu a RSE como "um conceito pelo qual as empresas integram preocupações sociais e ambientais em suas operações comerciais e em sua interação com seus *stakeholders* de forma voluntária" (Comissão Europeia, 2001, p.5). Nesta perspetiva, a RSE surge onde a lei termina e não representa apenas uma aspiração de boa imagem ou otimização de lucros, mas também um estilo transparente de gestão de recursos que garante resultados esperados (económicos, políticos, sociais, ambientais, entre outros), seguindo o princípio económico do benefício mútuo, o princípio legal do respeito aos direitos dos outros (individuais e coletivos) e o princípio ético da preservação de recursos naturais não renováveis, o património das gerações futuras (Linton et. al, 2007). Assim sendo, a RSE emerge como uma alternativa cada vez mais comum de colocar em prática a sustentabilidade empresarial.

Além disso, a abordagem ESG, sigla de *Environmental, Social and Governance* (Ambiental, Social e Governação), constitui um *framework* essencial para avaliar o desempenho não financeiro das organizações, distinguindo-se da sustentabilidade tradicional, por traduzir o olhar do setor financeiro sobre impactos, riscos e oportunidades associados a estas dimensões (Félix, 2024). A dimensão ambiental (E) centra-se no ecossistema natural e nas práticas organizacionais com impacto ambiental, incluindo a ação climática (pegada de carbono, mitigação e adaptação), o uso eficiente de recursos naturais (água, solo, energia e biodiversidade), a gestão de resíduos e a economia circular. A dimensão social (S) refere-se ao capital humano e social, englobando relações de trabalho, direitos humanos, diversidade e inclusão, saúde, segurança e bem-estar laboral, capacitação interna e relações com as comunidades. Já a dimensão *governance* (G) abrange ética e transparência, medidas anticorrupção, relações com *stakeholders,* além de temas económicos, como a gestão de riscos (Félix, 2024). Deste modo, o conceito ESG é uma forma de as empresas mostrarem responsabilidade e compromisso com o mercado, consumidores, fornecedores e investidores, entre outros *stakeholders* (Matos et al., 2024).

A adoção da abordagem ESG tem mostrado benefícios claros, como melhor desempenho financeiro, maior capacidade de inovação e atração de investimentos sustentáveis (Borges et al., 2024). Além disso, segundo Miller (2020), de acordo com a estratégia de negócio sustentável (*Sustainable Business Strategy*), as evidências têm mostrado cada vez mais que as empresas com indicadores ESG promissores tendem a gerar retornos financeiros superiores.

Importa, contudo, distinguir esta abordagem de abordagens conceptuais anteriores da sustentabilidade empresarial. Antes da consolidação do paradigma ESG, John Elkington (1997) introduziu o modelo do Triple Bottom Line (TBL), defendendo que o desempenho organizacional não deveria ser avaliado apenas pela dimensão económica, mas também pelos impactos ambientais e sociais. Assim, o TBL estruturou a sustentabilidade empresarial em três dimensões interdependentes: económica, ambiental e social, tornando-se uma referência central na evolução do pensamento sobre sustentabilidade nas organizações.

A dimensão económica do TBL foca-se no valor criado pela organização e vai além do desempenho financeiro e de conceitos financeiros, como o crescimento das vendas, o fluxo de caixa e o valor para os acionistas, para incluir o impacto económico e operacional dos negócios na sociedade (Correia, 2019). Por outro lado, a dimensão social abrange o impacto de uma organização no bem-estar das pessoas, incluindo tanto os funcionários quanto a comunidade, e aborda questões como assistência educacional, interação comunitária, causas beneficentes e práticas justas de remuneração (Correia, 2019). Por fim, a dimensão ambiental diz respeito aos esforços das organizações para reduzir o impacto ambiental, incluindo o uso eficiente de energia e a diminuição da produção de resíduos, com o objetivo de minimizar a sua pegada ecológica (Correia, 2019).

No âmbito da sustentabilidade empresarial, as normas de sistemas de gestão, como a ISO 9001 (gestão da qualidade), a ISO 14001 (gestão ambiental) e a OHSAS 18001 (*Occupational Health and Safety Assessment Series* – Sistemas de gestão da saúde e segurança ocupacional), constituem instrumentos práticos que operacionalizam os conceitos teóricos nas organizações. Segundo Ferreira e Gerolamo (2016), estas normas traduzem os pilares económico, ambiental e social em sistemas estruturados: a ISO

9001 reforça o pilar económico através da padronização de processos, foco no cliente e melhoria contínua para maior eficiência e competitividade; a ISO 14001 destaca-se no pilar ambiental, estabelecendo planos para controlo de poluição, otimização de recursos naturais e cumprimento da legislação; e a OHSAS 18001 foca-se no pilar social, promovendo segurança laboral, redução de acidentes e melhores condições de trabalho. Estas normas criam infraestruturas internas com políticas claras, processos documentados e monitorização certificável, permitindo que as empresas respondam às pressões dos *stakeholders* e integrem progressivamente a sustentabilidade nas suas operações quotidianas

Desta forma, torna-se evidente que a lógica empresarial tradicional tem vindo a evoluir, incorporando a preocupação com os impactos ambientais e sociais das atividades empresariais, o que naturalmente conduz à necessidade de examinar as práticas sustentáveis no contexto organizacional, essenciais para assegurar a responsabilidade ética, a competitividade e a reputação das empresas.

Entre essas práticas, Iserhard et al. (2014) ressaltam a necessidade de incentivar a iniciativa voluntária dos profissionais, estimulando a adesão espontânea e consciente dos colaboradores aos princípios da sustentabilidade, o que promove um ambiente organizacional comprometido e resiliente. Além disso, a sustentabilidade precisa de estar formalmente incorporada no planeamento estratégico, sendo fundamental que profissionais capacitados e motivados participem ativamente da formulação de metas e objetivos corporativos. Este processo garante que a sustentabilidade não seja tratada como uma ação de marketing, mas como parte integrante da visão organizacional.

Outro aspeto essencial mencionado no estudo de Iserhard et al. (2014) é o desenvolvimento e a implantação de indicadores estratégicos, táticos e operacionais, que permitam mensurar o desempenho organizacional nos âmbitos social, económico e ambiental, proporcionando maior controlo sobre os impactos das atividades empresariais e favorecendo a tomada de decisão baseada em evidências. Adicionalmente, o envolvimento de diferentes níveis hierárquicos no processo de formulação de objetivos e metas relacionados à sustentabilidade é apontado como uma prática fundamental.

Por fim, o vínculo entre o desenvolvimento de carreira e o comprometimento com a sustentabilidade configura-se como uma prática inovadora e necessária, uma vez que associa o crescimento profissional ao alinhamento ético e social do colaborador, reforçando a cultura organizacional em torno dos princípios sustentáveis (Iserhard et al., 2014). Nesta linha, tal abordagem converge com a perspetiva de Michaelis (2003) - com cerca de uma década, mas ainda atual - ao reconhecer que as empresas devem promover mudanças nos valores e discursos que estruturam a cultura de negócios, desenvolvendo ambientes organizacionais coerentes com os valores socioambientais partilhados por colaboradores, clientes e demais *stakeholders*. Ao integrar a sustentabilidade como critério de progressão e de reconhecimento profissional, a organização materializa essa transformação cultural, convertendo a responsabilidade socioambiental em eixo orientador das trajetórias de carreira e do próprio sentido de sucesso organizacional.

Cabe ainda destacar que Iserhard et al. (2014) apresentam a sustentabilidade como um diferencial competitivo, responsável não só pela redução de custos operacionais, mas também pela promoção da inovação contínua, pela qualificação das relações com os *stakeholders* e pelo fortalecimento da imagem institucional. No entanto, os autores apontam importantes desafios para a plena implementação dessas práticas, destacando a necessidade de avaliar a maturidade organizacional e de capacitar os recursos humanos para que estejam aptos a atuar dentro desta nova lógica de gestão, que exige comprometimento ético, visão sistémica e responsabilidade socioambiental.

Estas práticas destacadas por Iserhard et al. (2014) têm como base os princípios de Oliveira et al. (2012), que defendem que, para uma organização realmente incorporar a sustentabilidade, ela precisa não só de se preocupar com o meio ambiente ou com os lucros, mas também de criar estruturas de gestão, cultura interna e processos de participação alinhados com esses valores. Portanto, o desenvolvimento de práticas sustentáveis no contexto organizacional deve ser compreendido como um processo de transformação institucional, no qual valores ambientais e sociais são gradualmente internalizados nas estruturas organizacionais.

Tal como referido no guião *SDG Compass* (GRI et al., 2015), é importante definir objetivos de sustentabilidade específicos, mensuráveis e calendarizados, sustentados

por indicadores-chave de desempenho, e ancorar esses objetivos às estruturas de governação, aos sistemas de avaliação de desempenho e aos mecanismos de remuneração, de forma a garantir que a sustentabilidade seja incorporada a todas as funções da empresa e às decisões quotidianas de gestão. Paralelamente, este guião incentiva a constituição de parcerias ao longo da cadeia de valor, entre empresas do mesmo setor e com múltiplos *stakeholders*, como condição para enfrentar desafios sistémicos e ampliar o impacto das iniciativas sustentáveis (GRI et al., 2015). Além disso, o guião *SDG Compass* (GRI et al., 2015) sublinha que a contribuição empresarial para os ODS exige o cumprimento de responsabilidades de base, como o respeito pelos direitos humanos, pelas normas laborais e ambientais internacionalmente reconhecidas e a avaliação rigorosa dos impactos positivos e negativos da organização ao longo da cadeia de valor.

Nesse contexto, a Economia Circular surge como um modelo estratégico que permite às organizações integrar, de forma prática e sistemática, práticas ambientais e sociais nos seus processos, promovendo a reutilização de recursos, a redução de resíduos e a geração de valor de forma sustentável (Faist Group, 2025). O conceito de Economia Circular tem recebido um amplo e crescente interesse, quer de académicos, quer de profissionais, e tem sido analisado no âmbito de diferentes áreas de investigação, desde a Engenharia, Economia, Ecologia, Arquitetura e Urbanismo, Biologia, entre outras (Guerra, 2021; Joshi, 2025; Valenturf, 2021). O sistema de Economia Circular é visto como um modo de operacionalizar e implementar o desenvolvimento sustentável (Pereira, 2021), existindo, assim, muitos conceitos e representações deste sistema, alternativo ao sistema produtivo linear. De acordo com Pereira (2021), a Economia Circular é um sistema que procura respeitar os limites do planeta através de uma maior utilização de recursos renováveis e recicláveis, redução do consumo de matérias, energia e redução das emissões poluentes. Suárez-Eiroa et al. (2019, p.968) definem o conceito de forma ainda mais precisa, afirmando que

> A economia circular é um sistema regenerativo de produção e consumo que visa manter as taxas de extração de recursos, de geração de resíduos e de emissões em valores adequados aos limites do planeta, através da circularidade do sistema, redução do seu tamanho e manutenção do valor dos recursos o maior tempo possível dentro do

> sistema, apoiando-se principalmente no design e educação, e com capacidade de implementação em qualquer escala.

Na prática, a economia circular implica reduzir ao mínimo o desperdício e os resíduos. Quando um produto chega ao fim do seu ciclo de vida, os seus materiais são mantidos na economia sempre que possível, graças à reciclagem, e podem, deste modo, ser utilizados uma e outra vez, o que permite criar mais valor. A economia circular contrasta com o modelo tradicional, o modelo económico linear baseado no princípio "produz-utiliza-deita fora". Este modelo exige vastas quantidades de materiais a baixo preço, de fácil acesso e muita energia (Parlamento Europeu, 2024).

Além disso, na perspetiva de Fontgalland (2022), a Economia Circular é compreendida como um sistema económico que conecta os níveis micro (focado em produto/componentes), meso (edifícios e parques eco-industriais) e macro (cidades, ambiente construído), com foco nos 4Rs (redução, reutilização, reciclagem e recuperação de materiais) nas atividades de produção e consumo. O seu objetivo é promover o desenvolvimento sustentável por meio da inovação nos processos produtivos e nos padrões de consumo. Fontgalland (2022) também sublinha que, embora a Economia Circular seja muitas vezes tratada como inovação técnica, as suas maiores barreiras são culturais e institucionais, como a resistência à mudança, o desconhecimento do consumidor e a dificuldade de cooperação na cadeia de valor.

Neste contexto, conscientes de que diferentes áreas de pesquisa podem adotar distintas perspetivas na sua definição, a Economia Circular é mais do que uma mudança de processos produtivos; representa uma mudança sistémica de mentalidade, na qual o valor não reside apenas no produto final, mas também no ciclo contínuo de uso e reaproveitamento dos materiais (Fontgalland, 2022). Essa abordagem não só reduz a pressão sobre o meio ambiente, mas também fomenta modelos de negócios mais resilientes e éticos, integrando a sustentabilidade como valor central.

2.2. O Relato de Sustentabilidade: evolução, motivações, efeitos e referenciais

Embora a implementação de práticas sustentáveis seja fundamental para o desenvolvimento sustentável e, mais especificamente, para a sustentabilidade

empresarial, o reporte e a comunicação transparentes sobre o desempenho em relação aos ODS são parte integrante do processo de transformação institucional. Tal se justifica na medida em que fortalecem a confiança dos *stakeholders,* suportam a tomada de decisão interna e contribuem para a chamada "revolução dos dados" em desenvolvimento sustentável, ao promover a produção de informação não financeira mais comparável e orientada por normas reconhecidas internacionalmente (ver GRI et al., 2015). Tradicionalmente, os relatórios financeiros oferecem aos *stakeholders* uma visão sobre a posição financeira, os resultados operacionais e os fluxos de caixa de uma empresa. No entanto, embora estas informações sejam essenciais, revelam-se insuficientes para uma tomada de decisão eficaz no contexto atual (Gokten et al., 2020). Assim, nos dias de hoje, a análise exclusiva dos dados financeiros de uma organização não permite compreender de forma completa o seu desempenho, os riscos associados nem os potenciais desenvolvimentos futuros (Minutiello & Tettamanzi, 2022).

Neste sentido, o propósito das empresas na sociedade tem vindo a evoluir, acompanhando a transformação das expectativas relativas aos seus relatórios, observando-se uma crescente pressão para que as organizações divulguem as suas estratégias, metas e resultados nas dimensões da sustentabilidade (BCSD Portugal, 2021). Consequentemente, as exigências de informação dos *stakeholders* nos relatórios de sustentabilidade refletem uma transição para sistemas de relato mais abrangentes, acompanhada por expectativas mais elevadas e por uma compreensão mais profunda da relevância destes relatórios (Singhania & Chadha, 2023).

No entanto, apesar das exigências dos *stakeholders*, uma das principais motivações para as empresas divulgarem informações não financeiras relacionadas com a sua atividade reside no facto de que as métricas de desempenho não financeiro frequentemente constituem um indicador relevante para a previsão e melhoria dos resultados financeiros futuros (Rosca & Bac, 2019).

Considerando uma perspetiva diferente, Cho e Patten (2007) identificaram que as empresas tendem a usar as divulgações ambientais como uma ferramenta de legitimação, sendo que, em geral, um desempenho ambiental mais desfavorável está associado a níveis mais elevados de divulgação. Embora os defensores dos relatórios de sustentabilidade reconheçam o seu potencial para promover a responsabilidade e

transparência das empresas relativamente aos seus impactos sociais e ambientais, existem críticas que apontam que estes relatórios são frequentemente usados como instrumentos de gestão de impressões (Cho et al., 2018). Nesse sentido, Cho et al. (2018) salientam que o discurso de sustentabilidade das empresas, que aparenta um compromisso com a gestão e a responsabilidade ambiental, muitas vezes contrasta com estratégias políticas menos evidentes, mas igualmente presentes.

Nesta ótica, existem dois argumentos que justificam a participação das empresas em iniciativas de sustentabilidade: a maximização do lucro e o aumento da legitimidade organizacional (Sehgal et al., 2023). É importante destacar que esses fundamentos não são mutuamente exclusivos, uma vez que as iniciativas sustentáveis podem, simultaneamente, contribuir para a legitimidade da empresa e melhorar a sua reputação, o que pode resultar num maior retorno financeiro (Sehgal et al., 2023). No entanto, o impacto positivo na legitimidade depende de uma divulgação abrangente, ou seja, de uma comunicação exaustiva e transparente que ofereça aos *stakeholders* uma representação fiel e realista da organização (Sehgal et al., 2023).

Deste modo, o relatório de sustentabilidade é um instrumento através do qual as empresas divulgam e comunicam os seus objetivos e desempenho nas dimensões ESG (Minutello & Tettamanzi, 2022; Ramanathan & Isaksson, 2023). Para tal, as empresas recorrem frequentemente a estruturas e normas internacionalmente reconhecidas, como as normas da *Global Reporting Initiative* (GRI) e, mais recentemente, as Normas Europeias de Relato de Sustentabilidade (ESRS), que procuram assegurar clareza, consistência e comparabilidade das informações divulgadas (Ecovadis, 2025).

A GRI foi criada em 1997 com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Ambiente (PNUA), com o objetivo de desenvolver um *framework* para os relatórios ambientais (Gokten et al., 2020; GRI, s.d; Mougenot & Doussoulin, 2023) e de orientar os esforços e iniciativas da comunidade internacional no domínio da sustentabilidade (Christofi et al., 2012; GRI, s.d.). Atualmente, as normas GRI são organizadas num sistema de normas interrelacionadas com três séries principais: as normas universais, as normas setoriais e as normas temáticas (GRI, 2021a). As normas universais incluem, nomeadamente, a GRI 1: Fundamentos 2021, que define o propósito, conceitos centrais e princípios básicos para elaborar relatórios em conformidade com as normas GRI (GRI, 2021a); a GRI 2:

Conteúdos Gerais 2021, que especifica os conteúdos para informações sobre práticas de relato e outros aspetos (GRI 2021b); e a GRI 3: Temas Materiais 2021, que fornece orientações sobre a definição dos temas materiais para cada organização (GRI, 2021c). Por sua vez, as normas setoriais da GRI orientam as organizações quanto aos possíveis temas materiais relevantes para o seu setor (GRI, 2021b), enquanto as normas temáticas disponibilizam os conteúdos necessários para que a organização comunique os impactos das suas atividades em temas específicos (GRI, 2021b). A estrutura GRI tornou-se, assim, numa referência em todo o mundo para medir, monitorizar e comunicar os esforços de sustentabilidade das empresas, promovendo uma maior comparabilidade e transparência na divulgação.

Em 2000, surgiu o *Carbon Disclosure Project* (CDP), uma iniciativa voluntária e pioneira no setor financeiro destinada a incentivar as empresas a divulgarem anualmente o seu impacto climático, ajudando-as a medir, gerir, divulgar e reduzir as emissões de gases de efeito estufa (BCSD Portugal, 2021; Thistlethwaite, 2015). Anos mais tarde, em 2007, surgiu o *Climate Disclosure Standards Board* (CDSB) como resultado de uma parceria entre organizações profissionais de contabilidade e diversos criadores de normas para risco de mudanças climáticas, incluindo o *Carbon Disclosure Project* (CDP), o *California Climate Registry* e o *Greenhouse Gas Protocol* (Thistlethwaite, 2015). O CDSB ofereceu às empresas uma estrutura que permite reportar informações ambientais e sociais com o mesmo rigor utilizado para as informações financeiras, estabelecendo assim uma base para a criação do *Task Force for Climate-Related Financial Disclosures* (TCFD) em 2015 (CDSB, 2022).

Em 2010, as Nações Unidas reconheceram as orientações da GRI como a base para a elaboração de relatórios de sustentabilidade. Contudo, foi apenas em 2014 que a GRI entrou na fase final do seu processo de normalização, ao publicar o seu índice de conteúdos e criar o *Global Sustainability Standards Board* (GSSB) (Gokten et al., 2020). Em 2016, a GRI lançou o primeiro conjunto oficial de normas para relatórios de sustentabilidade, passando a designar as suas orientações (*guidelines*) anteriores de normas (*standards*), tornando-se assim as primeiras normas globais nesta área (Gokten et al., 2020; Perera-Aldama, 2023; GRI, s.d.; BCSD Portugal, 2021).

Regressando a 2010, também nesse ano foi criado o *International Integrated Reporting Committee* (IIRC). Esta organização desempenhou um papel fundamental no desenvolvimento do conceito de relato integrado e na sua orientação para implementação a nível global (Rosca & Bac, 2019; Carmo et al., 2023). O relato integrado, visando a comunicação clara e transparente de como a organização cria, sustenta e perde valor ao longo do tempo, pretende melhorar a qualidade da informação disponível aos fornecedores de capital financeiro, permitindo uma alocação mais eficiente e produtiva de capital.

Para além de organizações como a GRI e o IIRC, o *Sustainability Accounting Standards Board* (SASB) foi criado em 2012 como uma organização sem fins lucrativos, com o objetivo de desenvolver normas de caráter voluntário, focadas nos fatores ESG com maior probabilidade de impactar materialmente a situação financeira ou o desempenho operacional das empresas em cada sector (Eng et al., 2022). No entanto, em 2021, o IIRC anunciou a sua fusão com o SASB dando origem à *Value Reporting Foundation* (IFRS Foundation, 2021). Atualmente, a estrutura de relato integrado é usada para integrar demonstrações financeiras e divulgações relacionadas com sustentabilidade, sendo o *International Accounting Standards Board* (IASB) e o *International Sustainability Standards Board* (ISSB), ambos sob a alçada da *International Financial Reporting Standards Foundation*, os responsáveis conjuntos pela estrutura do relato integrado (Delloite, 2023; IFRS Foundation, s.d.-a).

Em 2015, foi criado o *Task Force on Climate-Related Financial Disclosures* (TCFD) pelo *Financial Stability Board* (FSB), com o objetivo de desenvolver recomendações que melhorassem e ampliassem o reporte de informações financeiras relacionadas com o clima a serem integradas nos relatórios das organizações (BCSD Portugal, 2021). As recomendações do TCFD, publicadas em julho de 2017, foram elaboradas para melhorar os relatórios não financeiros das empresas, estruturando-se em quatro áreas centrais: governação, estratégia, gestão de riscos e métricas e metas climáticas (Demaria & Rigot, 2021; IFRS Foundation, 2024). No entanto, em outubro de 2023, após a publicação do sexto e último relatório de progresso, o TCFD declarou ter concluído a sua missão e foi oficialmente dissolvido. A partir desse momento, o FSB designou a IFRS Foundation como responsável por acompanhar e monitorizar o progresso global das divulgações

climáticas das empresas (TCFD, s.d.). Este enquadramento justifica-se, uma vez que, no âmbito da IFRS Foundation, em 2023, o ISSB anunciou a publicação das suas duas primeiras normas de divulgação de informação relacionada com a sustentabilidade, que entraram em vigor a 1 de janeiro de 2024, com o objetivo de formar uma base global de relato de sustentabilidade: IFRS S1 – *General Requirements for Disclosure of Sustainability-related Financial Information,* que estabelece os requisitos gerais para divulgações financeiras relacionadas com a sustentabilidade e IFRS S2 – *Climate-related Disclosures*, dedicada à divulgação de informações relacionadas com o clima (Deloitte, 2023; IFRS Foundation, 2023).

No entanto, embora as empresas tenham vindo a divulgar voluntariamente informações sobre sustentabilidade e a procurar orientações junto de diferentes organizações, tais como o CDP, o CDSB, a GRI, o SASB e o TCFD, há muito que se reconhece a necessidade de harmonizar estes diferentes referenciais. Isto deve-se ao facto da diversidade de estruturas e metodologias gerar desafios de comparabilidade e consistência entre os relatórios, dificultando a análise e a avaliação do seu desempenho em matéria de sustentabilidade (Ramanathan & Isaksson, 2023), bem como dificultando a avaliação e a tomada de decisão pelos *stakeholders* (Eng et al., 2022).

Como apresentado, o desenvolvimento e a liderança das orientações e orientações para a elaboração de relatórios de sustentabilidade estiveram a cargo de instituições privadas, como a GRI, o IIRC, o SASB, o *World Resources Institute* e o *World Business Council for Sustainable Development.* Contudo, em 2020, a Comissão Europeia (CE), através do EFRAG, deu os primeiros passos para desenvolver normas europeias de relato de sustentabilidade, alinhando-se às instituições pioneiras já existentes (Giner & Luque-Vílchez, 2022).

A necessidade de um quadro normativo sólido e acessível, aliado a práticas de auditoria eficazes que asseguram a fiabilidade dos dados e previnam o *greenwashing*, levou também ao desenvolvimento da Diretiva (UE) 2022/2464, conhecida como *Corporate Sustainability Reporting Directive* (CSRD), ou, em português, Diretiva de Relato de Sustentabilidade das Empresas, publicada em dezembro de 2022 (Krasodomska et al., 2023; União Europeia, 2022).

A CSRD representa um marco na integração da sustentabilidade nos sistemas de contabilidade e reporte empresarial da União Europeia, alterando a Diretiva 2013/34/UE e complementando outras normas do espaço regulatório europeu, como as Diretivas 2004/109/CE, 2006/43/CE e o Regulamento (UE) n.º 537/2014. O principal objetivo da proposta é garantir que todas as grandes empresas e as empresas cotadas em mercados regulamentados da União Europeia, com exceção das microempresas, passem a relatar informações de sustentabilidade segundo normas comuns da União Europeia (União Europeia, 2021). Paralelamente, e de forma voluntária, as PME não cotadas também poderão optar por comunicar as informações sobre sustentabilidade em conformidade com as normas divulgadas (União Europeia, 2022).

Um dos pilares centrais da diretiva é o princípio da dupla materialidade, que estabelece que as empresas devem divulgar tanto a forma como os fatores de sustentabilidade impactam o desempenho e a posição financeira da organização - materialidade financeira, quanto os efeitos das suas atividades no meio ambiente e na sociedade - materialidade de impacto (União Europeia, 2022).

No entanto, a Diretiva (UE) 2022/2464 evidencia que, por ser facultativa, a Diretiva 2014/95/EU, vigente à data, não assegurava a comparabilidade das informações divulgadas pelas empresas, nem garantia a divulgação de todos os dados considerados relevantes pelos utilizadores. Por isso, tornava-se essencial a criação de normas comuns e obrigatórias de relato de sustentabilidade, que abrangessem todas as informações pertinentes aos seus utilizadores.

Desta forma, o EFRAG, em 2022, alargou a sua área de ação para o relato de sustentabilidade na União Europeia (EFRAG, s.d.), ampliando o seu mandato institucional em virtude das novas responsabilidades atribuídas pela CSRD. O EFRAG desempenha, assim, um papel fundamental como conselheiro técnico da Comissão Europeia no desenvolvimento dos *European Sustainability Reporting Standards* (ESRS, em português: Normas Europeias de Relato de Sustentabilidade). Assim sendo, as ESRS operacionalizam a CSRD e consubstanciam a crescente exigência sobre o impacto das empresas no nosso planeta e na sociedade. O EFRAG assegura que as ESRS estejam alinhadas com padrões globais, promovendo a interoperabilidade, a consistência e a

maior credibilidade nos relatórios de sustentabilidade das empresas europeias (União Europeia, 2025; Littenberg, 2025).

Assim, a 31 de julho de 2023, a Comissão Europeia adotou o primeiro conjunto de ESRS desenvolvidas pela EFRAG, através do Regulamento Delegado (UE) 2023/2772, publicado no Jornal Oficial da UE a 22 de dezembro de 2023 (Comissão Europeia, 2023; IAPMEI, s.d). Este conjunto de ESRS compreendem 12 normas: duas normas gerais transversais (ESRS 1 Requisitos Gerais e ESRS 2 Divulgação Geral) e dez normas temáticas distribuídas por três pilares: Ambiente (E1-5: clima, poluição, água, biodiversidade, uso de recursos), Social (S1-4: trabalhadores, trabalhadores na cadeia de valor, comunidades afetadas, consumidores) e *Governance* (G1: conduta do negócio). Elas enfatizam a dupla materialidade, exigindo a divulgação tanto dos impactos financeiros nas empresas quanto dos impactos das empresas em matérias de sustentabilidade (Pwc, 2023).

No entanto a 16 de abril de 2025, a Comissão Europeia adotou a Diretiva (UE) 2025/794 (Diretiva (UE) 2025/794, 2025) conhecida como "Stop the Clock" no âmbito da "Bússola da Competitividade" e do Pacote Omnibus. No âmbito do relato de sustentabilidade, esta diretiva adia a implementação das normas setoriais específicas de relato de sustentabilidade para empresas da União Europeia, bem como das normas gerais aplicáveis a empresas de fora da UE, para 30 de junho de 2026, enquanto adia para 2027 a aplicação da CSRD a grandes empresas com menos de 500 trabalhadores e para 2028 no caso das PME. Inserida numa estratégia de simplificação regulatória, visa reduzir encargos administrativos e reforçar a competitividade europeia sem comprometer os objetivos do Pacto Ecológico Europeu. Esta prorrogação, primeira medida concretizada do Pacote Omnibus (Omnibus I), visa permitir que as empresas concentrem os seus recursos na adoção do primeiro conjunto de ESRS e, simultaneamente, garante tempo adicional para o desenvolvimento técnico e consolidação das normas setoriais e internacionais futuras, conforme mandatado pela CE (Comissão Europeia, 2024).

No âmbito deste mandato de simplificação do Pacote Omnibus, a 29 de julho de 2025, o EFRAG publicou os *Exposure Drafts* revistos e simplificados das ESRS, para consulta pública de 60 dias, no âmbito do mandato de simplificação regulatória da Comissão Europeia. Estes *drafts*, elaborados pelo EFRAG *Sustainability Reporting Board* e pelo

EFRAG Sustainability Reporting Technical Expert Group após análise de mais de 800 contributos e *benchmarking* de relatórios de 2024, reduzem os *datapoints* obrigatórios em 61% face aos ESRS iniciais, introduzindo flexibilidade na avaliação da dupla materialidade *double materiality assessment* e alívios proporcionais. A aprovação final ocorreu a 28 de novembro de 2025, com entrega à Comissão a 2 de dezembro de 2025 (Cambourg, 2025). Esta atualização, integrada na proposta Omnibus I da CE, tem por objetivo reduzir a complexidade e o número de dados obrigatórios a reportar, ampliando a usabilidade e a interoperabilidade das normas. Além disso, a iniciativa visa aliviar encargos para empresas, especialmente PME, limitando relatórios sob normas como CSRD e Taxonomia UE, com cortes de até 70% em pontos de dados obrigatórios (KPMG, s.d.).

Posteriormente, esse processo de simplificação foi aprofundado pela Diretiva (UE) 2026/470, de 24 de fevereiro de 2026, que alterou a CSRD, reduzindo substancialmente o universo de empresas obrigadas ao relato de sustentabilidade. A nova diretiva passou a aplicar os requisitos obrigatórios, em regra, apenas a empresas com mais de 1.000 trabalhadores e volume de negócios líquido superior a 450 milhões de euros, excluindo muitas PME e entidades anteriormente abrangidas. Determinou ainda a revisão do primeiro conjunto de ESRS no prazo de seis meses, com o objetivo de eliminar datapoints menos relevantes, privilegiar indicadores quantitativos, clarificar o princípio da materialidade e aumentar a interoperabilidade internacional. Paralelamente, suprimiu a obrigação de emissão de normas setoriais obrigatórias, prevendo antes orientações específicas por setor, e reforçou a adoção de normas voluntárias simplificadas para entidades excluídas do âmbito obrigatório, baseadas no princípio "pensar primeiro em pequena escala" (Parlamento Europeu & Conselho da União Europeia, 2026).

Também a *Voluntary Standard for Non-Listed Micro, Small and Medium-Sized Undertakings* (VSME) desenvolvida pelo EFRAG surge como resultado direto do Pacote de Apoio às PME da Comissão Europeia (*European Commission's SME Relief Package*) de setembro de 2023, cuja Ação 14 estabelece que "a Comissão assegurará que as PME disponham de um enquadramento simples e normalizado para relatar as questões ESG (...), garantindo a rápida disponibilização de normas voluntárias para as PME não

cotadas" (EFRAG, 2024). Entregue à Comissão Europeia em dezembro de 2024, esta norma voluntária aplica-se a micro, pequenas e médias empresas não cotadas, excluídas do âmbito obrigatório da CSRD, estruturando-se em dois módulos: Básico (B1-B11) e abrangente (C1-C9) cobrindo métricas ESG, alinhadas com as ESRS, mas simplificadas para a escala das PME. Além disso, esta norma visa apoiar estas empresas no acesso ao financiamento e reduzir possíveis discriminações no mercado financeiro, melhorar a gestão de impactos ESG e evitar que grandes empresas de exijam dados além do nível VSME às suas cadeias de valor (EFRAG, 2024).

No contexto das PME, O'Reilly et al. (2024) analisaram 203 respostas a questionários direcionados a profissionais de contabilidade que atuam no aconselhamento a PME sobre relato de sustentabilidade ambiental na Irlanda e verificaram que, progressivamente, estas empresas irão reportar dados adicionais de sustentabilidade, impulsionadas por motivações financeiras e ambientais. Embora identifiquem o custo, a falta de tempo e o conhecimento limitado dos colaboradores como barreiras significativas para a implementação desses relatórios, reconhecem que essa prática pode melhorar a imagem da empresa, aumentar a produtividade verde, favorecer o cumprimento das normas regulatórias e satisfazer as expectativas dos *stakeholders.*

No entanto, a compreensão dos relatos de sustentabilidade das organizações depende, em grande medida, do contexto em que estas operam. Por isso, torna-se essencial caracterizar o setor a nível global, considerando tendências, desafios e práticas predominantes, tema que será explorado no próximo subtópico.

2.3. O setor vitivinícola: caracterização, práticas sustentáveis e enquadramento do relato

2.3.1. O setor vitivinícola em números

O setor vitivinícola mundial encontra-se atualmente numa fase de transformação estrutural, marcada pela redução gradual da área de vinha, por níveis historicamente baixos de produção, pela retração do consumo nos principais mercados e pela reconfiguração dos fluxos de comércio internacional, num contexto de pressão

climática, económica e social que acentua a centralidade das práticas sustentáveis e do reporte estatístico harmonizado (OIV, 2025b).

De acordo com os dados obtidos pela OIV (2025a), em 2025 a produção mundial de vinho é estimada em cerca de 232 milhões de hectolitros, uma recuperação modesta face a 2024, mas ainda cerca de 7 % abaixo da média dos últimos cinco anos, o que confirma um período de oferta mais limitada. A União Europeia mantém a sua posição como principal polo produtor, com aproximadamente 140 milhões de hectolitros e cerca de 60 % da produção mundial, embora em 2025 possa registar o segundo valor mais baixo do século, devido à elevada variabilidade climática.

Por outro lado, a análise efetuada pela OIV (2025a) mostra que o Hemisfério Norte continua a concentrar a maior parte da produção, mas com resultados muito heterogéneos entre os países da UE e os grandes produtores extraeuropeus, como Estados Unidos, Rússia e Geórgia, enquanto o Hemisfério Sul responde por cerca de 21 % da produção mundial, num padrão de ligeira recuperação após três anos consecutivos de quebra. Em termos de estrutura concorrencial, a Itália consolida-se novamente como o maior produtor mundial, seguida da França e da Espanha na UE, e dos Estados Unidos como quarto produtor a nível global.

No espaço da União Europeia, a combinação de secas prolongadas, ondas de calor, precipitação excessiva em momentos críticos e eventos meteorológicos extremos (granizo, geadas) acentua a variabilidade anual das vindimas e traduz-se em fortes assimetrias entre países e regiões. Em 2025, Itália apresenta um crescimento de 8 % face a 2024 e situa-se ligeiramente acima da sua média de cinco anos, enquanto a França atinge um dos volumes mais baixos desde a década de 1950, cerca de 16 % abaixo da sua média recente, influenciada por calor, seca e reestruturação de vinhas em regiões como Bordéus e Languedoque (ver Tabela 1). Além disso, a Alemanha e Portugal sofrem descidas significativas devido a padrões climáticos adversos.

No Hemisfério Sul, os dados da OIV (2025a) demonstram que a produção de 2025 atingiu cerca de 49 milhões de hectolitros, mais 7 % do que em 2024, mas ainda cerca de 5 % abaixo da média quinquenal, o que espelha a persistência de constrangimentos climáticos. A Austrália assume-se como a maior produtora do Hemisfério Sul, com 11,6

milhões de hectolitros, ligeiramente abaixo da média, enquanto a Argentina lidera a América do Sul com cerca de 10,7 milhões de hectolitros, num nível próximo da média recente.

Tabela 1. Produção de vinho na UE

Unit: mhl	2020	2021	2022	2023	Prov. 2024	Prel. 2025	25/24 Var.	25/24 Var. (%)	5-year Avg.	25/ 5-year Var. (%)
Italy	49.1	50.2	49.8	38.3	44.1	47.4	3.3	▲ 8%	46.3	▲ 2%
France	46.7	37.6	46.0	47.2	36.1	35.9	-0.2	▼ -1%	42.7	▼ -16%
Spain	40.9	35.5	36.0	28.4	31.1	29.4	-1.7	▼ -6%	34.4	▼ -15%
Germany	8.4	8.4	8.9	8.6	7.8	7.3	-0.5	▼ -6%	8.4	▼ -14%
Portugal	6.4	7.4	6.8	7.5	6.9	6.2	-0.7	▼ -11%	7.0	▼ -12%
Romania	3.8	4.5	3.8	4.6	3.1	4.1	0.9	▲ 29%	4.0	▲ 3%
Hungary	2.6	2.6	2.5	2.4	2.7	2.7	-0.0	▲ -0.1%	2.6	▲ 5%
Austria	2.4	2.5	2.5	2.4	2.2	2.5	0.4	▲ 17%	2.4	▲ 6%
Greece	2.2	2.4	2.1	1.4	1.4	1.5	0.1	▲ 9%	1.9	▼ -20%
Slovenia	0.7	0.6	0.5	0.5	0.5	0.8	0.3	▲ 64%	0.6	▲ 36%
Bulgaria	0.8	0.8	0.7	0.7	0.6	0.6	-0.0	▼ -5%	0.7	▼ -18%
Croatia	0.7	0.5	0.6	0.5	0.4	0.6	0.1	▲ 24%	0.5	▲ 4%
Czechia	0.6	0.6	0.6	0.5	0.5	0.5	0.1	▲ 21%	0.5	▲ 0%
Slovakia	0.4	0.3	0.3	0.3	0.3	0.3	0.0	▲ 3%	0.3	▼ -8%
Luxembourg	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.0	▲ 12%	0.1	▼ -4%
Cyprus	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.0	▲ 31%	0.1	▼ -4%
Malta	0.01	0.01	0.01	0.01	0.01	*na*	*na*	*na*	0.01	*na*
EU27	**166**	**154**	**162**	**143**	**138**	**140**	2.1	▲ 2%	153	▼ -8%

Fonte: OIV (2025a, p.8).

Em paralelo ao declínio da produção, o consumo mundial de vinho em 2024 é estimado em 214,2 milhões de hectolitros, menos 3,3 % do que em 2023 e igualmente o valor mais baixo desde o início da década de 1960, consolidando uma trajetória descendente observada desde 2018. Esta queda resulta da conjugação de fatores pontuais (pandemia de COVID-19, tensões geopolíticas, inflação global, perda de poder de compra) com tendências estruturais de longo prazo, como a alteração de estilos de vida, mudanças geracionais e a redução do consumo nos mercados tradicionais, incluindo vários países europeus e a China (OIV, 2025b).

Ainda ao nível de consumo, dados obtidos pela OIV (2025b) demonstram que a União Europeia permanece como principal mercado, com cerca de 103,6 milhões de hectolitros (48 % do total), embora haja decréscimos em países de elevado consumo per

capita, como França, Alemanha e Itália, enquanto Espanha e Portugal apresentam ligeiros aumentos em 2024. Fora da UE, os Estados Unidos são o maior mercado individual, com 33,3 milhões de hectolitros, mas também em queda, enquanto a China continua a reduzir o consumo, passando para 5,5 milhões de hectolitros.

Relativamente à área de vinha, em 2024, a superfície vitícola mundial atingiu 7,1 milhões de hectares, registando uma queda de 0,6% em relação a 2023 e marcando o quarto ano consecutivo de redução. Esta tendência global resulta sobretudo da diminuição das áreas de vinha nos principais países produtores, em especial na União Europeia, cuja área total recuou 0,8% para 3,2 milhões de hectares. Na UE, Espanha e França registaram contrações significativas, com Portugal a registar uma das quebras mais acentuadas, com uma redução de 5,1%, fixando-se em 173 mil hectares, enquanto a Itália se destacou como o único grande produtor em crescimento. Fora da UE, observou-se estabilidade na China e declínio na Turquia, contrastando com o crescimento registado na Índia e no Brasil (OIV, 2025b).

No plano do comércio internacional, o volume das exportações mundiais em 2024 foi dominado pela Itália, Espanha e França, responsáveis por 54,7% do volume global (54,6 mhl) e 63,4% do valor total. Fora da Europa, Chile e Austrália destacaram-se por uma recuperação significativa em 2024, com mais 14,4% e 6,9% do volume, respetivamente. Portugal apresentou também uma evolução positiva, com aumento de 8,7% no volume exportado (3,5 mhl), resultado do bom desempenho em todas as categorias de vinho, exceto na *Bag-in-Box*, que caiu 5% (OIV, 2025b).

Por outro lado, em 2024, ao nível das importações, o comércio internacional de vinho foi dominado pela Alemanha, pelo Reino Unido e pelos Estados Unidos, que somaram 38,3% do volume e 37,2% do valor global das importações. Vários mercados europeus, como França, Países Baixos e Bélgica, evidenciaram retrações, enquanto Itália e China contrariaram a tendência com fortes crescimentos, impulsionados, sobretudo, pelo vinho a granel e pelo vinho engarrafado. Portugal, por sua vez, apresentou uma das quedas mais acentuadas entre os principais importadores, reduzindo as aquisições de vinho em 28% em volume (2,1 mhl) e 20,2% em valor (152 milhões EUR), o que reflete principalmente a forte contração nas importações de vinho a granel (-37,4%) (OIV, 2025b).

2.3.2. A sustentabilidade e o setor vitivinícola

Considerando a caracterização efetuada do setor vitivinícola a nível global, é cada vez mais evidente que as questões da sustentabilidade e do desenvolvimento sustentável são atuais e crescentemente relevantes para o setor, o que leva a indústria vitivinícola global a reconhecer a sustentabilidade como um fator competitivo, motivada por riscos climáticos, pressões de mercado, novas políticas ambientais e escassez de recursos (Costa, 2024).

O setor vitivinícola está fortemente associado à sustentabilidade ambiental, uma vez que se desenvolve no solo onde a vida vegetal prospera e depende do clima e das suas variações. No entanto, ao mesmo tempo, produz uma série de impactos negativos no ambiente, incluindo o uso da terra, o consumo de água e energia, o uso de pesticidas, a geração de águas residuais e resíduos, e a pegada de carbono da sua atividade e, particularmente, do transporte (Ayuda et al., 2020; Corbo et al., 2014). Apesar desta forte associação histórica à dimensão ambiental, vários estudos alertam para a necessidade de equilibrar as três dimensões da sustentabilidade. Morandi e Zinno (2025), num estudo com adegas italianas, concluíram que muitas empresas continuam a associar sustentabilidade sobretudo à preservação de recursos naturais, embora desenvolvam simultaneamente práticas sociais relevantes que nem sempre reconhecem explicitamente como parte da sua estratégia sustentável. Na dimensão social, os autores destacam práticas como a atribuição de salários justos, estabilidade contratual, promoção da segurança no trabalho, redução de situações de discriminação, formação dos trabalhadores, adoção de códigos de ética e valorização do recrutamento local. Deste modo, os autores concluem que, embora muitas empresas do vinho adotem ações socialmente relevantes, estas tendem a não ser comunicadas ou sistematizadas com o mesmo destaque dado às práticas ambientais, revelando uma compreensão ainda parcial e pouco integrada da sustentabilidade organizacional

De forma complementar, Ferrer et al. (2022), com base numa amostra de 411 adegas espanholas, demonstram que a sustentabilidade também depende das opções estratégicas do modelo de negócio adotado. Os autores identificaram um perfil de maior sustentabilidade associado à posse de vinha própria, produção de vinho engarrafado, posicionamento premium, presença digital mais forte e orientação exportadora. Em

contraste, modelos baseados na venda de vinho a granel e em segmentos de baixo preço revelaram menores níveis de sustentabilidade. Esta evidência sugere que a sustentabilidade pode estar ligada à forma como a empresa cria valor e se posiciona no mercado, e não apenas a medidas ambientais isoladas.

Neste contexto, a literatura confirma que a sustentabilidade se tornou um eixo estratégico para o setor vitivinícola à escala nacional e internacional. Wagner et al. (2023) defendem que o futuro sustentável da indústria global do vinho depende de uma abordagem holística ao longo de toda a cadeia de valor, da vinha ao consumidor final. Os autores identificam cinco desafios centrais: a adaptação às alterações climáticas, a redução das emissões de gases com efeito de estufa e criação de sumidouros de carbono, a gestão dos inputs agrícolas, o *packaging* e a sustentabilidade social e económica. Esta perspetiva evidencia que a sustentabilidade no setor já não pode ser entendida apenas numa lógica produtiva, exigindo antes uma visão estratégica e integrada da atividade empresarial.

Nesse sentido, a extensão do paradigma da sustentabilidade e a consciencialização dos seus gestores levaram a organização mais importante do setor, a Organização Internacional da Vinha e do Vinho (OIV), a adotar a definição e os princípios de sustentabilidade aplicados à vitivinicultura (ViniPortugal, 2022).

Em 2004, a OIV (2004, p.2) estabeleceu que uma indústria vitivinícola sustentável deveria assentar numa

> estratégia global à escala dos sistemas de produção e processamento da uva, incorporando a sustentabilidade económica das estruturas e territórios, a produção de produtos de qualidade considerando requisitos de precisão na viticultura sustentável, riscos para o meio ambiente, segurança dos produtos e saúde do consumidor e a valorização dos aspetos patrimoniais, históricos, culturais, ecológicos e paisagísticos.

Numa resolução mais recente, a OIV (2016) refere também que os princípios gerais da vitivinicultura sustentável devem ter em conta o impacto das suas atividades no contexto socioeconómico e o seu envolvimento no desenvolvimento socioeconómico dos territórios. Deste modo, a OIV (2016) pretende promover boas condições de trabalho, estabilidade e formação dos empregados, maior integração das empresas no

ambiente socioeconómico e cultural regional/local e maiores garantias de segurança e saúde dos consumidores.

No entanto, existem alguns desafios colocados ao setor vitivinícola na adaptação à abordagem de sustentabilidade. Estes são apresentados na Resolução OIV-VITI 641-2020 (Guia Para Implementação dos Princípios da Vitivinicultura Sustentável) (Roca 2020), nomeadamente: manter um mercado sustentável de acordo com as expectativas da sociedade, tanto dentro como fora da organização, mantendo a competitividade económica e produtiva; melhorar a confiança da sociedade nas empresas vitivinícolas através da implementação de uma abordagem baseada na sustentabilidade e desenvolver uma vitivinicultura sustentável com o objetivo de prevenir impactos ambientais negativos e de se adaptar às alterações climáticas, através da adequação das práticas de produção.

Neste contexto de crescente exigência por transparência e confiança social, o relato de sustentabilidade emerge como uma ferramenta estratégica essencial para o setor vitivinícola. Ele permite identificar impactos ESG ao longo da cadeia de valor, desde o consumo hídrico na vinha até às emissões logísticas e comunicar esses impactos em alinhamento com referenciais internacionais e nacionais (Marques et al. 2025). De acordo com Marques et al. (2025), esta ferramenta tornou-se fundamental no setor vitivinícola devido à crescente preocupação dos mercados internacionais com práticas ambientalmente, socialmente e economicamente responsáveis. As empresas vitivinícolas são cada vez mais pressionadas a relatar a sua performance ambiental e social, devido à mudança climática e à exigência de consumidores informados. Esta relevância do relato e da comunicação é igualmente sustentada por Bertorelli et al. (2023), que analisaram empresas vinícolas italianas e concluíram que apenas uma parte reduzida comunica de forma abrangente os seus esforços de sustentabilidade. O estudo evidencia ainda que a análise de materialidade permanece pouco desenvolvida entre muitas empresas do setor, embora exista maior adesão a certificações ligadas à qualidade, segurança alimentar, energia e gestão da água. Assim, a existência de práticas sustentáveis não se traduz automaticamente numa comunicação estruturada e comparável, reforçando a importância dos relatórios de sustentabilidade enquanto instrumentos de legitimação e gestão estratégica.

Para além disso, a indústria do vinho reconhece cada vez mais o seu papel significativo nas emissões de gases com efeito de estufa, provenientes de práticas de viticultura, consumo de energia, mecanização, transporte e embalamento. Esta crescente consciência ambiental impulsiona tanto as adegas como os consumidores a procurarem maior transparência e informação sobre produtos e serviços sustentáveis, promovendo uma transição contínua do setor para tecnologias agrícolas mais ecológicas e uma redução efetiva da sua pegada de carbono (Marques et al., 2025).

Deste modo, de acordo com Macedo (2024), a viticultura sustentável abrange práticas de cultivo e vinificação que são ecologicamente saudáveis, socialmente justas e economicamente viáveis no longo prazo. Engloba, deste modo, o uso eficiente da energia, a redução das emissões de gases, a gestão sustentável da água, incluindo a sua redução e reutilização, e a adoção de métodos de controlo biológico de pragas. Adicionalmente, destaca-se a redução do uso de aditivos e insumos com impacto ambiental negativo no processo de produção do vinho, reforçando o compromisso do setor com práticas mais sustentáveis (HMW, s.d.).

De forma complementar, estas práticas encontram na economia circular um enquadramento estratégico que permite operacionalizar a redução de impactos ambientais e a utilização mais eficiente dos recursos, traduzindo-se, entre outros aspetos, na adoção de soluções de embalamento mais sustentáveis, como o uso de materiais recicláveis, leves e biodegradáveis, bem como na utilização de rolhas produzidas a partir de cortiça de origem sustentável (ADVID, 2023). Estas opções contribuem para a redução do impacto ambiental associado às fases de embalamento, transporte e distribuição do vinho, acompanhadas pela incorporação de energias renováveis nos processos produtivos, pela reutilização de águas residuais e pela implementação de tecnologias, que visam reduzir o consumo de água e energia. No conjunto, estas medidas refletem a transição gradual das empresas vinícolas para modelos produtivos alinhados aos princípios da economia circular, promovendo a redução da pegada ambiental e o prolongamento do ciclo de vida dos materiais (Sehnem et al., 2019).

No entanto, apesar do aumento da consciencialização e da avaliação de práticas sustentáveis no setor vinícola, persistem lacunas significativas quanto à disponibilização

de informação de qualidade, metodologias padronizadas e transparência nos processos de produção, bem como à existência de indicadores internacionalmente reconhecidos que permitam avaliar de forma completa o desempenho dos sistemas vitivinícolas. Estas limitações são amplamente documentadas na literatura que se apresenta a seguir. Por um lado, Costa et al. (2020) sublinham a escassez de dados ambientais fiáveis nas cadeias de valor do vinho, enquanto Christ e Burritt (2013) criticam a falta de contabilidade ambiental harmonizada, que dificulta comparações entre produtores globais. Por sua vez, Moura (2020) identifica défices em métricas portuguesas, como a eficiência hídrica e a pegada de carbono, desalinhadas com os padrões da OIV. Esta fragmentação encontra igualmente suporte em Rugani e Lamastra (2023), que compararam diversos programas internacionais de sustentabilidade aplicados ao setor vitivinícola. Os autores identificaram três limitações recorrentes: predominância da dimensão ambiental, escassez de indicadores capazes de captar serviços de ecossistema e ausência de um quadro integrado, multicritério e quantitativo para avaliar e comunicar a sustentabilidade. Defendem, por isso, uma maior harmonização entre programas e referenciais, de forma a aumentar a comparabilidade da informação disponibilizada por empresas e certificadoras.

Além disso, no âmbito da indústria do vinho portuguesa e com base em entrevistas com especialistas do setor, Costa et al. (2022) revelam que as perceções sobre sustentabilidade se distribuem pelos três domínios ESG, evidenciando também tensões entre a tradição vitivinícola (“práticas históricas”) e as exigências modernas de sustentabilidade. Este estudo evidencia que, embora exista consciência, a aplicação concreta de relatos ou certificações ainda varia significativamente entre empresas.

Desde a década de 1990, diversos países têm implementado programas e orientações de sustentabilidade, inicialmente nos “novos países do vinho” (Austrália, Nova Zelândia, África do Sul, Chile, Argentina) e, mais recentemente, em regiões tradicionais, como Portugal (Muñoz-Rojas et al., 2022). Neste caso, destaca-se o Programa de Sustentabilidade dos Vinhos do Alentejo (PSVA), desenvolvido pela Comissão Vitivinícola Regional Alentejana (CVRA) e lançado em 2015, com uma adesão inicial de cerca de 91 membros, o que representa aproximadamente 20% da área total de vinha na região (Pomarici & Vecchio, 2019; Moura, 2020). Desde então, houve um crescimento

significativo e o PSVA conta com mais de 500 membros associados, que, juntos, representam uma área de vinha de 12.275 hectares, o que corresponde a 48% da área total de vinha do Alentejo (Muñoz-Rojas et al., 2022). Este crescimento demonstra o sucesso e a importância do programa no alargamento da sustentabilidade na fileira vitivinícola da região.

O PSVA pretende apoiar os agentes económicos na melhoria do desempenho ambiental, social e económico da atividade vitivinícola da região e promover o reconhecimento do desempenho de sustentabilidade dos vinhos da região como instrumento de resposta a uma falha de mercado existente e à afirmação da marca Alentejo nos mercados interno e externo (Vinhos do Alentejo, s.d.). Este programa estrutura-se em 18 capítulos que abrangem áreas como: gestão de solos, água, energia, biodiversidade, resíduos, responsabilidade social, economia circular e qualidade do ar. Além disso, o esquema de certificação do PSVA foca-se em 4 pilares globais: 1) Supervisão, Gestão, Qualidade; 2) Social; 3) Ambiental; e 4) Requisitos exclusivos. A adesão a este programa é gratuita e baseada na decisão voluntária da empresa, podendo apenas certificar a componente de viticultura, de enologia ou ambas (Costa et al., 2024).

A CVRA elaborou o referencial normativo denominado "Especificação Técnica PSVA", que estabelece os requisitos para avaliar a aplicação do Programa de Sustentabilidade dos Vinhos do Alentejo (PSVA) no sistema de gestão das organizações que dele são membros. Este referencial permite que os agentes económicos obtenham a Certificação PSVA, de acordo com os princípios de produção sustentável (Vinhos do Alentejo, s.d.). Esse documento foi desenvolvido com o contributo das quatro Entidades Certificadoras acreditadas pelo Instituto Português de Acreditação (IPAC)[1], segundo a norma ISO/IEC 17021, no âmbito da certificação de Sistemas de Gestão (Vinhos do Alentejo, s.d.).

Para obter a certificação, o produtor deve realizar uma autoavaliação abrangendo todos os 18 capítulos, sendo obrigado a atingir o grau "Desenvolvido" em cada um deles. Só após esta etapa, a candidatura segue para verificação interna da CVRA e, posteriormente, para auditoria por uma entidade certificadora externa e independente.

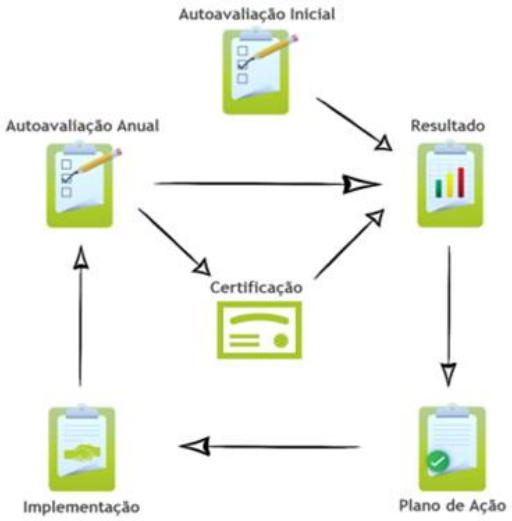
[1] São elas: BUREAU VERITAS Portugal, a CERTIS – Controlo e Certificação, Lda., a KIWA SATIVA – Controlo e Certificação e a SGS Portugal – Sociedade Geral de Superintendência, S.A.

O objetivo é garantir credibilidade, transparência e melhoria contínua nas práticas ambientais, sociais e económicas dos membros do PSVA (Vinhos do Alentejo, s.d.). No total, o PSVA integra mais de 637 membros, dos quais 25 certificados. Os produtores certificados estão sujeitos a auditorias anuais para avaliar o cumprimento dos 171 critérios de avaliação do PSVA (Grandes Escolhas, 2025).

De acordo com a Certis (2025), outro caso português relevante é o novo quadro de certificação nacional para o setor vitivinícola (RNCSSV), que atribui um selo de confiança a empresas que cumpram critérios ESG reconhecidos com auditorias externas. O Referencial Nacional de Certificação de Sustentabilidade para o Setor Vitivinícola (RNCSSV) foi criado em 2022, com âmbito nacional, abrangendo todas as regiões vitivinícolas portuguesas. Este define duas tipologias de atividade: uma para a produção primária (vinha) e outra para a transformação, envolvendo diferentes operadores e famílias de produtos, abrangendo, assim, todos os produtos derivados da uva, incluindo vinhos certificados e não certificados, aguardentes vínicas e vinagres (IVV, 2022). Neste sentido, o RNCSSV procura promover a sustentabilidade das organizações do setor, de diferentes tipologias de atividade, dimensões e níveis de evolução na implementação de práticas, de modo simples, inclusivo e credível (IVV, 2022).

O processo de certificação do RNCSSV segue etapas semelhantes às do PSVA, nomeadamente: (1) realização de uma autoavaliação inicial; (2) definição de um plano de ação com metas e objetivos; (3) implementação do plano; (4) realização de uma nova autoavaliação e, por último, caso os requisitos sejam cumpridos, procede-se à (5) certificação oficial segundo o RNCSSV (ver Figura 1).

Figura 1. Etapas do processo de certificação do RNCSSV



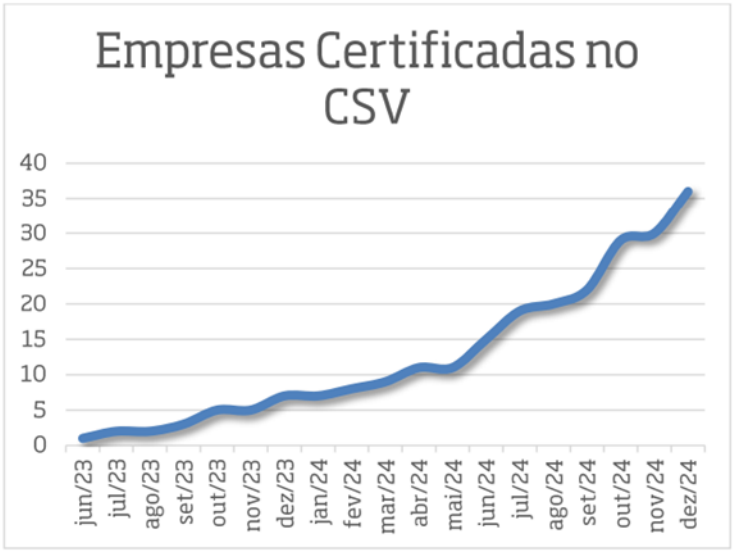
Fonte: IVV (2022, p.14).

Relativamente à autoavaliação, o número de indicadores a cumprir varia conforme o tipo de atividade do operador. O novo Referencial integra 86 indicadores distribuídos por 17 capítulos, dos quais 69 são específicos para o setor da vinha e 43 pertencem ao domínio ambiental. Cada indicador possui três níveis de desempenho (1, 2 e 3), aos quais correspondem pontuações progressivas, sendo que o cumprimento do nível 3 equivale a 3 pontos. Além destes níveis, alguns indicadores podem ser considerados "não aplicáveis" (N/A), enquanto outros são classificados como "indicadores KO", que obrigatoriamente devem ser cumpridos, no mínimo, no nível 1 (IVV, 2022). No final, o nível de sustentabilidade do operador é avaliado pela percentagem obtida da soma das pontuações conquistadas face à pontuação total dos indicadores aplicáveis. Essa percentagem permite enquadrar o operador em níveis de sustentabilidade: Nível A (≥ 85%), Nível B (≥ 65% e < 85%) e Nível C (≥ 50% e < 65%), sendo este último o patamar mínimo para a certificação, atribuída à entidade e ao modo de funcionamento, e não ao produto (IVV, 2022).

As orientações do RNCSSV baseiam-se no PSVA, sendo, no entanto, mais simples no processo de certificação. Neste sentido, tanto o PSVA como o RNCSSV têm como objetivo melhorar o desempenho ambiental e socioeconómico da atividade vitivinícola, promover boas práticas na vinha e na adega, e implementar métricas para a sustentabilidade (Vinhos do Alentejo, 2024; IVV, 2022).

A 31 de dezembro de 2024, estavam certificadas pelo RNCSSV 36 empresas (ver Figura 2), conforme consta no Relatório de Gestão do Exercício de 2024 da ViniPortugal (Vini Portugal, 2024).

Figura 2. Evolução do número de empresas certificadas pelo RNCSSV



Fonte: ViniPortugal (2024).

Este desenvolvimento verificado em Portugal insere-se, assim, num contexto mais amplo, em que se multiplicam iniciativas internacionais com características convergentes com o PSVA e o RNCSSV, quer ao nível da lógica de atuação, quer da própria arquitetura técnica dos referenciais de certificação. Neste sentido, no contexto internacional, destacam-se programas como o *Certified California Sustainable Winegrowing* (CCSW), o *SIP Certified* (Sustainable in Practice) e o *LIVE Certified*, que operam com lógicas de adesão voluntária, avaliação sistemática de práticas de vinha e adega e exigência de cumprimento de requisitos mínimos para uso de selos de sustentabilidade (Smith, 2011; LIVE, s.d.; SIP Certified, s.d.). Tal como o PSVA e o RNCSSV, estes programas combinam instrumentos de autoavaliação, guias de boas práticas e mecanismos de auditoria, traduzindo princípios gerais de sustentabilidade em referenciais operacionais estruturados em domínios e critérios verificáveis, que cobrem de forma integrada dimensões ambientais, sociais e económicas na produção vitivinícola (California Sustainable Winegrowing Alliance, 2019; LIVE, s.d.; Smith, 2011; SIP Certified, s.d.; Sommeliers Choice Awards, s.d.).

No entanto, a competitividade crescente do setor, tanto a nível nacional como internacional, exige adaptações dos agentes económicos e dos organismos estatais. A reduzida dimensão e a heterogeneidade dos agentes económicos podem limitar a implementação de programas de sustentabilidade, tornando fundamental o papel das CVRs e das associações, instituições de ensino e formação técnica e superior, bem como os COLABs, devem apoiar a preparação de técnicos e sensibilizar para questões de sustentabilidade na cadeia de valor do vinho e o apoio governamental poderá ser necessário para agentes económicos mais pequenos, menos capitalizados e organizados (Costa, 2024).

Por outro lado, no futuro, temas como a pegada de carbono e hídrica, gestão de resíduos e efluentes, circularidade e sustentabilidade social tendem a ganhar importância, especialmente em mercados mais exigentes. A conquista do selo de sustentabilidade poderá tornar-se um requisito obrigatório, inclusive no mercado interno. A certificação incentiva a inovação e as auditorias internas e inventários são essenciais para os agentes económicos avaliarem pontos críticos e aperfeiçoarem continuamente as suas práticas (Costa et al., 2022; Muñoz Rojas et al., 2022).

Neste contexto de crescente exigência e transformação, torna-se igualmente relevante compreender de que forma as empresas comunicam os seus compromissos e certificações de sustentabilidade. A nível global, a comunicação das certificações e das práticas sustentáveis no setor vitivinícola tem-se afirmado como um campo de estudo em expansão, refletindo a crescente valorização da transparência e da responsabilidade ambiental nas cadeias de valor agroindustriais.

Os resultados obtidos por López-Santiago et al. (2024) corroboram esta tendência ao evidenciar que as vinícolas italianas, especialmente as maiores e com práticas de gestão ambiental mais avançadas, recorrem predominantemente à comunicação digital para divulgar o seu compromisso ambiental e sinalizar conformidade com critérios de sustentabilidade, incluindo a certificação ISO 14001:2015. Internamente, o email predomina (74,2% das vinícolas, independentemente do tamanho), seguido de websites (45,2%) e redes sociais (35,5%), enquanto newsletters (22,6%) e sites internos (12,9%) são usados sobretudo por vinícolas grandes. Externamente, 84,4% utilizam redes sociais (Facebook e Instagram) e 81,3% utilizam websites. Ainda assim, persistem limitações

relevantes na medição e divulgação quantitativas dos impactos ambientais ao longo da cadeia de valor, uma vez que apenas 52% das vinícolas monitorizam e analisam o desempenho dos seus Sistemas de Gestão Ambiental o que compromete a robustez e comparabilidade das informações disponibilizadas aos *stakeholders* (López-Santiago et al., 2024).

Por outro lado, diversos estudos indicam que, embora muitas empresas vitivinícolas reconheçam a importância estratégica das certificações ambientais e sociais e adotem práticas sustentáveis, a sua comunicação nos canais institucionais permanece ainda limitada e pouco sistematizada. A divulgação tende a concentrar-se em meios como websites, rótulos e estratégias de marketing direcionadas ao consumidor, em detrimento da elaboração de relatórios de sustentabilidade estruturados (Delgado-Ceballos et al., 2020; Wine Australia, 2023). Neste contexto, a integração de normas internacionais de reporte, como as da Global Reporting Initiative e da Sustainability Accounting Standards Board, permanece ainda numa fase de desenvolvimento no setor vitivinícola (Global Reporting Initiative & Sustainability Accounting Standards Board, 2021).

Estes estudos evidenciam que, apesar do progresso registado com referenciais nacionais, persistem assimetrias entre a certificação obtida e a comunicação efetiva de práticas sustentáveis sobretudo entre pequenos produtores, onde a prevalência de práticas informais continua a comprometer a competitividade internacional (Johnson et al., 2023; López-Santiago et al., 2024).

2.4. Em resumo

A revisão desenvolvida ao longo deste capítulo permitiu enquadrar teoricamente os conceitos de desenvolvimento sustentável, sustentabilidade empresarial e relato de sustentabilidade, bem como a sua aplicação ao setor vitivinícola, evidenciando a crescente centralidade destas temáticas no contexto económico e regulatório atual.

Neste sentido, o desenvolvimento sustentável, definido como a satisfação das necessidades presentes sem comprometer as gerações futuras (WCED, 1987), assenta na integração das dimensões económica, ambiental e social, sendo operacionalizado no

nível organizacional através da sustentabilidade empresarial (Elkington, 1997; Savitz & Weber, 2006).

A sustentabilidade empresarial assume-se, assim, como uma abordagem estratégica de gestão, influenciada pelas expectativas dos *stakeholders* e pela incorporação dos princípios ESG, refletindo-se em diferentes níveis de maturidade e estruturação das práticas adotadas pelas empresas (Paz et al., 2014; Matos et al., 2024). Neste contexto, o relato de sustentabilidade surge como um instrumento fundamental de transparência e *accountability* complementando o relato financeiro tradicional e permitindo comunicar impactos, riscos e oportunidades associados às dimensões ESG (Minutello & Tettamanzi, 2022; Ramanathan & Isaksson, 2023).

No entanto, a evolução do relato de sustentabilidade tem sido marcada por uma multiplicidade de referenciais voluntários, como a GRI, o SASB e o TCFD, que contribuíram para a disseminação destas práticas, mas também geraram desafios de comparabilidade e de consistência da informação divulgada (Eng et al., 2022; Gokten et al., 2020). Neste enquadramento, a publicação da CSRD e o desenvolvimento das ESRS representam um avanço significativo na harmonização do reporte, ao introduzirem o princípio da dupla materialidade e ao pretenderem reforçar a credibilidade da informação sobre sustentabilidade, incluindo soluções simplificadas para as PME, como a VSME (União Europeia, 2022; EFRAG, 2024).

Por sua vez, no setor vitivinícola, a sustentabilidade assume particular relevância devido à forte dependência de recursos naturais e à vulnerabilidade às alterações climáticas. A OIV (2004, 2016) defende uma abordagem integrada da vitivinicultura sustentável, abrangendo dimensões económicas, ambientais e sociais. No entanto, apesar da crescente consciencialização sobre a sustentabilidade no setor vitivinícola, a evidência empírica aponta para uma elevada heterogeneidade na adoção, na maturidade e no relato das práticas sustentáveis, influenciada pela dimensão das empresas, pelos contextos regionais e pela existência de instrumentos de apoio e certificação (Costa et al., 2022; Marques et al., 2025). Em Portugal, iniciativas como o Programa de Sustentabilidade dos Vinhos do Alentejo e o RNCSSV constituem exemplos relevantes de promoção da sustentabilidade, embora o grau de formalização e reporte ainda seja desigual (IVV, 2022; Vinhos do Alentejo, 2024).

Deste modo, este enquadramento fundamenta a investigação empírica subsequente, possibilitando identificar e analisar as práticas de sustentabilidade existentes, em particular numa empresa vitivinícola da sub-região, avaliar o seu nível de maturidade e estruturação, bem como compreender a forma como o relato de sustentabilidade é realizado, as barreiras à sua adoção e as perceções, motivações e constrangimentos a ele associados.

Posto isto, no capítulo seguinte apresenta-se a metodologia utilizada nesta dissertação.

3. METODOLOGIA

Neste capítulo, descreve-se a metodologia adotada na realização desta dissertação, incluindo a perspetiva de investigação, os métodos de recolha de dados, bem como a caracterização da amostra e os procedimentos de tratamento e análise dos dados recolhidos.

3.1. Filosofia de investigação, abordagem e estratégia de investigação

No que concerne à perspetiva de investigação, considerando as questões de investigação e os objetivos definidos, a presente investigação corresponde a uma investigação interpretativa, tendo como base uma metodologia qualitativa, uma vez que se pretende identificar práticas de sustentabilidade nas empresas da sub-região de Monção & Melgaço, analisar a maturidade e o grau de estruturação dessas práticas, examinar de que forma o relato de sustentabilidade está a ser efetuado, identificar barreiras à adoção desse relato e explorar as perceções, motivações e constrangimentos associados ao mesmo. Neste sentido, este paradigma é adequado porque valoriza a subjetividade, a interpretação e os significados atribuídos pelas organizações às suas práticas de divulgação de informação não financeira (Antonio et al., 2019).

Como estratégia de investigação, recorre-se ao estudo de caso único, permitindo analisar com detalhe e em contexto real a prática de relato de sustentabilidade no setor vinícola, nomeadamente nas Quintas de Melgaço, S.A. Esta estratégia possibilita compreender como a empresa estrutura o seu relatório e como comunica as suas práticas de sustentabilidade. A escolha da empresa em análise deve-se à sua relevância no setor vitivinícola da sub-região de Monção & Melgaço, bem como ao seu posicionamento crescente no domínio da sustentabilidade. Adicionalmente, a realização de um estágio na empresa possibilitou o acesso a informação interna e a documentos não públicos, essenciais para uma análise aprofundada. Este enquadramento permitiu, ainda, acompanhar de forma mais próxima os processos internos associados à adoção do relato de sustentabilidade, nomeadamente as motivações subjacentes, as práticas implementadas e os desafios enfrentados pela organização. Assim, a escolha desta empresa revela-se adequada não só pela sua

representatividade no setor, mas também pelas condições favoráveis ao desenvolvimento de uma investigação detalhada e sustentada em evidência empírica direta.

O estudo adota ainda uma abordagem abdutiva, na medida em que articula a observação da realidade (relatórios, websites e entrevistas com colaboradores da empresa) com o enquadramento teórico, procurando compreender e interpretar como o setor vinícola constrói e comunica o relato de sustentabilidade, através de um processo iterativo entre dados empíricos e conceitos teóricos.

3.2. Métodos de recolha de dados

No que diz respeito aos métodos de recolha de dados, optou-se pela análise documental e pela realização de entrevistas semiestruturadas, por se considerarem complementares e adequadas aos objetivos da investigação. A análise documental permite examinar informação já existente, nomeadamente relatórios, website institucional e outros documentos relevantes. Por sua vez, as entrevistas semiestruturadas permitem aceder à perspetiva dos colaboradores, recolhendo informação mais aprofundada sobre os processos internos, motivações, dificuldades e decisões associadas à adoção do relato de sustentabilidade. Deste modo, a conjugação destes dois métodos possibilita uma análise mais rica e completa do fenómeno em estudo, ao cruzar a informação formalmente divulgada com a experiência e perceção dos atores envolvidos, contribuindo para uma maior robustez e validade dos resultados obtidos.

Quanto à análise documental, realizou-se uma análise detalhada da informação disponibilizada pelas Quintas de Melgaço, S.A., nomeadamente através do website institucional, bem como de documentos internos considerados relevantes para o estudo, designadamente o Manual de Acolhimento, o Código de Ética e Conduta e o relatório de Gestão de 2024.

Relativamente às entrevistas semiestruturadas, o guião de entrevista (ver Apêndice 1) foi elaborado com base na revisão da literatura e no alinhamento com os objetivos definidos para a investigação, e utilizado como instrumento de apoio à condução das

entrevistas, permitindo, contudo, aos entrevistados liberdade de expressão sobre os temas abordados. Este encontra-se estruturado de forma progressiva e organizada em diferentes grupos temáticos, iniciando-se com a recolha de informações gerais do entrevistado, que permitem contextualizar o seu perfil e função na empresa. Seguidamente, o grupo 1 centra-se na identificação das práticas de sustentabilidade implementadas, explorando o seu grau de maturidade, origem e integração na gestão organizacional. O grupo 2 foca-se no relato de sustentabilidade, analisando de que forma essas práticas são comunicadas, os referenciais utilizados e os públicos-alvo. Posteriormente, o grupo 3 aborda as principais barreiras à adoção do relato, permitindo identificar dificuldades operacionais e organizacionais. O grupo 4 explora as perceções e motivações da empresa, incluindo benefícios e riscos associados à sustentabilidade, e, por fim, o guião termina com um espaço aberto para comentários finais, possibilitando ao entrevistado acrescentar informação relevante não abordada nas questões anteriores.

Adicionalmente, desenvolveu-se um termo de participação e consentimento (ver Apêndice 2), com o propósito de informar os entrevistados sobre o tema em estudo, solicitar autorização para a gravação das entrevistas e assegurar o uso da informação recolhida no âmbito da presente investigação.

3.3. Caracterização dos entrevistados

As entrevistas realizadas no âmbito do presente estudo foram conduzidas presencialmente durante o mês de março a quatro colaboradores da Quintas de Melgaço S.A., com funções distintas na empresa, permitindo obter uma visão abrangente sobre as práticas e o relato de sustentabilidade na organização. As mesmas foram registadas através de gravação de áudio e posteriormente transcritas, garantindo a fidedignidade da informação recolhida.

Importa referir que a identidade dos participantes foi preservada por questões éticas e de confidencialidade, sendo os entrevistados identificados de forma codificada (E1, E2, E3 e E4) ao longo da análise, em que “E” significa entrevistado e os números correspondem à ordem da realização das entrevistas. Entre os entrevistados,

encontram-se: a gestora de qualidade e segurança alimentar (E4), responsável pela coordenação da equipa de sustentabilidade; uma técnica de qualidade (E2), que apoia diretamente o desenvolvimento destas práticas; o responsável da área financeira (E3); e o próprio presidente do conselho de administração (E1).

A seleção dos entrevistados foi realizada de forma intencional, tendo em consideração a sua relevância e envolvimento nas práticas de sustentabilidade e o respetivo processo de adoção do relato na organização.

A Tabela 2 sistematiza a caracterização dos entrevistados. No que diz respeito à formação académica, os entrevistados apresentam percursos diversos, incluindo áreas como enologia, bioquímica, contabilidade e gestão, o que reforça a natureza multidisciplinar da sustentabilidade organizacional. Em termos de experiência profissional, verifica-se também uma certa heterogeneidade: enquanto E2 e E3 apresentam experiência recente na empresa (de cerca de um a quatro anos), E1 e E4 possuem um percurso mais longo, destacando-se o administrador-delegado com mais de duas décadas de ligação à organização.

Importa salientar que, apesar do número reduzido de entrevistas, estas foram realizadas a todos os colaboradores envolvidos na área em análise, e a diversidade de funções e níveis hierárquicos permitiu alcançar uma compreensão aprofundada das práticas e perceções associadas à sustentabilidade na organização.

No que concerne à duração das entrevistas, estas variaram entre 13 minutos e 53 segundos e 28 minutos e 22 segundos. A entrevista mais longa foi realizada com a gestora de qualidade e segurança alimentar (E4), que demonstrou um grande domínio e interesse pelo tema.

Tabela 2. Caracterização dos entrevistados

Entrevistado	Função na empresa	Formação	Tempo na empresa	Duração da entrevista
E1	Presidente do Conselho de Administração	Licenciatura em Contabilidade e Administração; Mestrado em Gestão	25 anos	00:22:20
E2	Técnica de Qualidade	Licenciatura em Bioquímica; Mestrado em Biologia Clínica	1 ano e meio	00:13:53
E3	Responsável pela área Financeira e Recursos Humanos	Licenciatura em Gestão	4 anos	0:14:18
E4	Gestora de Qualidade e Segurança Alimentar	Licenciatura em Enologia	6 anos	00:28:32

3.4. Métodos de análise dos dados

A análise documental ao website institucional e outros documentos relevantes da Quintas de Melgaço, S.A., nomeadamente o Código de Ética e Conduta, o Manual de Acolhimento e o Relatório de Gestão respetivo ao ano de 2024, permitiu identificar a informação previamente divulgada pela organização e compreender a forma como comunica as suas práticas de sustentabilidade Adicionalmente, a análise documental contribuiu para a triangulação dos dados obtidos, auxiliando na construção do guião de entrevista e no aprofundamento da interpretação dos resultados. Por outro lado, as entrevistas foram integralmente transcritas com recurso à funcionalidade "Transcrever" do Microsoft Word e analisadas manualmente, atendendo ao número reduzido de participantes (n=4). Posteriormente, procedeu-se a uma leitura atenta das transcrições, com o objetivo de identificar os aspetos mais relevantes para o estudo. Esta abordagem permitiu desenvolver uma interpretação sustentada na revisão da literatura e no

enquadramento teórico previamente apresentado. A triangulação destas fontes contribuiu para reforçar a credibilidade e a consistência das conclusões obtidas.

3.5. Em resumo

Neste capítulo foi apresentada a metodologia utilizada para a realização deste estudo, sendo descritas a perspetiva e a estratégia de investigação adotadas, os métodos de recolha de dados e os procedimentos de análise e interpretação dos mesmos, com vista a dar resposta às questões de investigação definidas inicialmente.

Este estudo pretende compreender e interpretar a realidade organizacional associada às práticas de sustentabilidade e ao relato de sustentabilidade no setor vinícola. Nesse sentido, adotou-se uma perspetiva interpretativa, com uma abordagem qualitativa, recorrendo a um estudo de caso na empresa Quintas de Melgaço, S.A. Foi realizada uma análise documental do website institucional, do Manual de Acolhimento, do Código de Ética e Conduta e do Relatório de Gestão respetivo ao ano de 2024. Adicionalmente, optou-se pela realização de entrevistas semiestruturadas, para as quais se desenvolveu um guião. As quatro entrevistas realizadas foram gravadas em áudio e transcritas para posterior análise do seu conteúdo.

Após a apresentação das opções metodológicas adotadas, o capítulo seguinte centra-se no estudo empírico realizado.

4. ESTUDO EMPÍRICO

Este capítulo dedica-se ao estudo empírico da integração de práticas de sustentabilidade e do seu relato na empresa Quintas de Melgaço, uma empresa vinícola da sub-região Monção & Melgaço, encontrando-se dividido em nove secções.

A primeira secção é dedicada à caracterização da sub-região de Monção & Melgaço, contextualizando a importância económica e social do setor vitivinícola nesta localização geográfica. A segunda secção foca-se na caracterização da empresa em estudo, as Quintas de Melgaço S.A., abordando a sua história e estrutura.

As secções três a cinco encontram-se alinhadas com os objetivos específicos da investigação e com o guião de entrevista aplicado aos colaboradores das Quintas de Melgaço (ver Apêndice 1). A terceira secção apresenta a identificação das práticas de sustentabilidade implementadas, analisando a sua maturidade e o grau de estruturação no seio da organização. A quarta secção explora a forma como a comunicação destas práticas é atualmente articulada pela empresa. A quinta secção dedica-se à identificação das motivações e dos principais constrangimentos e barreiras à adoção de práticas de sustentabilidade, bem como ao seu relato.

A sexta secção promove a discussão dos resultados à luz do enquadramento teórico previamente desenvolvido, confrontando as evidências recolhidas com a informação previamente analisada. Por último, no final do capítulo, é apresentado um resumo das principais conclusões extraídas desta análise empírica.

4.1. Caracterização da sub-região Monção & Melgaço

A compreensão das especificidades territoriais e produtivas da Região dos Vinhos Verdes é fundamental para enquadrar as dinâmicas vitivinícolas associadas à casta Alvarinho e à sub-região de Monção & Melgaço. Esta caracterização permite identificar os fatores históricos, geográficos e enológicos que sustentam a singularidade e o prestígio desta denominação no contexto nacional e internacional. Assim, torna-se relevante apresentar um breve enquadramento da Região Demarcada dos Vinhos

Verdes que se destaca como um dos pilares da identidade vitivinícola do noroeste português.

Para ser certificado com a Denominação de Origem "DO Vinho Verde", o vinho deve ser integralmente produzido na Região Demarcada dos Vinhos Verdes. Demarcada em 1908, esta constitui uma das mais antigas regiões demarcadas de Portugal e da Europa (Forbes, 2024). Representando a maior região vitivinícola portuguesa em termos de área, registou, em 2023, uma produção superior a 96 milhões de litros, com presença em mais de uma centena de mercados de exportação. Atualmente, a região é composta por nove sub-regiões regulamentadas pela Comissão de Viticultura da Região dos Vinhos Verdes, destacando-se, entre elas, Monção & Melgaço (Revista de Vinhos, 2024; Forbes, 2024).

Geograficamente, a sub-região de Monção & Melgaço encontra-se próxima à fronteira com a Espanha, beneficiando de um microclima muito particular, devido à influência do rio Minho e à proteção proporcionada por uma cintura montanhosa que atenua a influência direta dos ventos atlânticos. Esta sub-região goza de um clima temperado atlântico com notável influência continental, caracterizado por verões quentes e secos e invernos frios e chuvosos, com precipitação intermédia (Público, 2021). Este clima húmido e equilibrado é responsável por conferir aos vinhos da região frescura, vivacidade e um equilíbrio singular entre acidez e maturação. A componente geológica é marcada por solos graníticos profundos, com afloramentos de xisto, quartzo e calhau rolado, o que contribui para a mineralidade e a complexidade dos vinhos (Revista dos Vinhos, 2024).

Segundo a Forbes (2024), a sub-região de Monção & Melgaço é amplamente reconhecida como o berço da casta Alvarinho, que corresponde a cerca de 92% da produção total de uvas brancas na região. Esta sub-região produz vinhos brancos de elevada qualidade, caracterizados por elegância, aroma intenso, com notas de frutas cítricas e florais, mineralidade acentuada e uma acidez crocante e vibrante, o que confere excelente capacidade de guarda e versatilidade na elaboração de diferentes estilos (vinhos tranquilos, espumantes e aguardentes).

Por outro lado, as castas Trajadura (7%) e Loureiro (1%) apresentam uma expressão significativamente menor na área de vinha destinada à Denominação de Origem (DO), a qual é, maioritariamente, ocupada por variedades brancas (90%). As principais castas tintas, nomeadamente Pedral, Alvarelhão, Borraçal e Vinhão, correspondem a apenas 10% da área total de vinha cultivada para DO (Forbes, 2024).

A sub-região de Monção & Melgaço destaca-se também pela sua capacidade produtiva. Com uma produção média anual de aproximadamente 10 milhões de litros, cerca de 85% deste volume corresponde a vinhos brancos, sendo o Alvarinho o principal expoente da região (Forbes, 2024). Esta predominância reflete-se igualmente na área total de vinha, que ascende a 1821 hectares, dos quais cerca de 1520 hectares são dedicados à casta Alvarinho. Este perfil produtivo é sustentado pelo dinamismo de 2199 viticultores, que, numa lógica de grande diversidade e pluralidade, colocam no mercado mais de 270 marcas distintas, espelhando a vitalidade e o espírito empreendedor de Monção & Melgaço, e proporcionando uma oferta vínica de reconhecida qualidade e identidade própria (Forbes, 2024).

A Forbes (2024) afirma, ainda, que entre especialistas e enólogos há consenso quanto aos vinhos brancos de Monção & Melgaço. Reconhecidos pela sua versatilidade, estes vinhos distinguem-se pela harmonia e pela evolução aromática, passando de notas de frutas cítricas a perfis mais complexos, em que sobressaem nuances de mel e de frutos maduros, enquanto preservam a frescura e a acidez características da região. Este perfil faz do Alvarinho uma opção particularmente versátil para harmonizações gastronómicas, destacando-se pela sua afinidade com pratos emblemáticos da culinária local e nacional (Forbes, 2024).

Em suma, a Região Demarcada dos Vinhos Verdes desempenha um papel estrutural no panorama vitivinícola português, combinando tradição, diversidade e adaptabilidade. No seu seio, a sub-região de Monção & Melgaço destaca-se como um território singular, reconhecida como o berço da expressão mais pura da casta Alvarinho. Além disso, as condições geográficas, climáticas e humanas desta região conferem aos vinhos um carácter distintivo e de reconhecida qualidade, consolidando a sua reputação tanto no mercado nacional como internacional.

4.2 A empresa Quintas de Melgaço, S.A.

4.2.1 História, estrutura e caracterização

Fundada a 6 de novembro de 1990 e operacional desde 28 de dezembro do mesmo ano, a empresa nasceu da visão empreendedora de Amadeu Abílio Lopes, emigrante melgacense bem-sucedido no Brasil, que mobilizou centenas de viticultores em torno do objetivo comum de valorizar e dignificar o vinho Alvarinho. Em 1996, o fundador doou a sua participação maioritária à Câmara Municipal de Melgaço, assegurando assim a continuidade e o caráter institucional do projeto. Desde então, o município permanece como principal acionista, detendo 48,93% do capital social, contribuindo para a representatividade única da Quintas de Melgaço no concelho e na região (Quintas de Melgaço, 2025a). Por outro lado, é evidenciada uma forte valorização da ligação entre natureza, território e capital humano, destacando que a qualidade dos seus vinhos resulta não apenas das condições microclimáticas favoráveis da sub-região, mas também do conhecimento, dedicação e experiência dos seus produtores. Neste contexto, a empresa sublinha o contributo de mais de 530 produtores de diferentes quintas da região de Melgaço, cuja atenção ao estado de maturação das uvas, cuidado na vinha e compromisso com a excelência constituem um fator diferenciador (Quintas de Melgaço, s.d).

A estrutura organizacional e de *governance* das Quintas de Melgaço assenta num Conselho de Administração e num Administrador-Delegado, cargo atualmente exercido por Pedro Soares. A organização segue um modelo hierárquico funcional e eficiente, representado num organograma nominativo (ver anexo 1), que pretende assegurar a articulação integrada entre as 13 áreas departamentais: Administração, Comercial (Mercado Externo e Interno), Gestão e Comercial, Aprovisionamento e Compras, Recursos Humanos e Financeiro, Contabilidade, Enologia, Adega, Laboratório, Produção, Gestão da Qualidade e Enoturismo/Loja/Receção, contando com 21 colaboradores (Quintas de Melgaço, 2025a).

No plano infraestrutural, a Quintas de Melgaço revela uma arquitetura que conjuga tradição e funcionalidade. O conjunto edificado integra várias unidades, destacando-se a adega, cuja capacidade de armazenamento ronda 1 milhão de litros de vinho,

distribuídos por cubas de inox, barricas de madeira e talhas tradicionais. Complementarmente, a empresa dispõe de uma linha de engarrafamento, equipada com tecnologia que garante elevados padrões de qualidade. Dispõe ainda de um laboratório onde são realizadas análises internas e externas. As instalações incluem também uma loja aberta ao público, destinada à comercialização direta dos produtos, e um espaço de enoturismo que promove visitas guiadas, provas de vinhos e outras experiências. O investimento no enoturismo revela uma estratégia de diversificação de receitas e reforço da notoriedade da marca, aproximando consumidores do território, da cultura vínica e da experiência associada aos produtos da empresa (Quintas de Melgaço, 2025a).

A Quintas de Melgaço, S.A. estabelece ainda parcerias orientadas para o turismo e valorização do território, integrando entidades como Whitewater, Azevim Nature, VIDABOA Tours, Kayak, Green Odyssey Tours, Yon Wine e Hotel Monte Prado Minho. Estas colaborações complementam a oferta de enoturismo da empresa e reforçam a articulação entre vinho, alojamento, atividades turísticas e promoção regional (Quintas de Melgaço, s.d.).

No domínio da produção e comercialização, o portefólio das Quintas de Melgaço distingue-se pela diversidade e autenticidade da sua oferta. A gama de vinhos monovarietais premium de Alvarinho inclui os rótulos QM Alvarinho, QM Vinhas Velhas, QM Alvarinho Nature, QM Homenagem, QM Alvarinho Patriam, QM Alvarinho Barro e QM Alvarinho Vindima Tardia, que traduzem diferentes expressões e intensidades da casta. A esta oferta somam-se blends inovadores, como QM Loureiro-Alvarinho, QM Rosé,Torre de Menagem QM Alvarinho-Chardonnay e QM Alvarinho-Sauvignon Blanc, além dos espumantes de reserva: QM Reserva Alvarinho, Velha Reserva, Super Reserva Alvarinho e Super Reserva Rosé (Quintas de Melgaço, 2025a).

De acordo com dados mais recentes (Quintas de Melgaço, 2025a), a produção anual ronda os 2 milhões de garrafas, com especial destaque para o Alvarinho. Aproximadamente 15% desta produção destina-se à exportação, sendo distribuída por diversos mercados internacionais, nomeadamente Estados Unidos, Canadá, Brasil, Japão, Bélgica, Polónia e Noruega. O prestígio crescente dos vinhos da Quintas de Melgaço tem reforçado a sua presença nos palcos internacionais mais exigentes,

afirmando a sub-região de Monção & Melgaço como um território de excelência no panorama vitivinícola português.

4.2.2 Ética corporativa e sustentabilidade

A Quintas de Melgaço, S.A. baseia a sua identidade estratégica na missão de criar riqueza sustentável através da produção de vinhos de qualidade superior, orientada para a satisfação integral de clientes, colaboradores e acionistas, enquanto preserva o meio ambiente e o património vitivinícola local. Esta missão materializa-se na visão de crescimento sustentável, assente na valorização da marca, alcançando reconhecimento de excelência no setor vitivinícola, a nível nacional e internacional (Quintas de Melgaço, 2023).

Neste âmbito, a empresa conquistou vários prémios internacionais de prestígio, incluindo o *Diamond Trophy* no concurso japonês SAKURA (2023) e diversas medalhas de ouro em competições como o *Mundus Vini* e o Uva de Ouro. Foi pioneira no setor dos Vinhos Verdes ao obter certificações como a ISO 9001 (Gestão da Qualidade) e a ISO 22000 (Segurança Alimentar). Desde junho de 2021, possui também a certificação IFS *(International Food Standard),* reforçando o seu compromisso com a Qualidade e Segurança em todos os processos (Quintas de Melgaço, 2025a).

Por outro lado, os valores corporativos, pilares do Código de Ética e Conduta (Quintas de Melgaço, 2023), estruturam-se em cinco princípios fundamentais que a empresa pretende que guiem todas as interações internas e externas: confiança e integridade, priorizando relações transparentes e honestas com *stakeholders* para gerar valor económico de longo prazo; as pessoas no centro do sucesso, investindo no desenvolvimento profissional, ambientes equilibrados e bem-estar dos colaboradores como fator crítico de competitividade; responsabilidade corporativa, comprometendo-se com desenvolvimento sustentável que transcende o económico, abordando desafios ambientais e sociais nas comunidades locais; frugalidade e eficiência, otimizando recursos, evitando desperdícios e focando em projetos de alto impacto operacional; e cooperação e independência, colaborando com entidades públicas para melhores regulamentos enquanto mantém autonomia ética.

Fatores críticos de sucesso, delineados no Código, reforçam esta *framework:* proatividade na antecipação de tendências globais; qualidade e segurança alimentar via HACCP e normas rigorosas; confiança como expressão de ética transparente; competência na execução ambiciosa; responsabilidade ambiental/social no contributo para o desenvolvimento regional; e conformidade legislativa, com canal de denúncias confidencial ("Canal da Transparência Empresarial") para prevenir corrupção e garantir integridade (Quintas de Melgaço, 2023).

4.3 Identificação, maturidade e estruturação das práticas de sustentabilidade

Esta secção tem como foco a análise da forma como os colaboradores interpretam o conceito de sustentabilidade e a identificação das práticas já implementadas.

A análise das entrevistas evidencia que a sustentabilidade, no contexto das Quintas de Melgaço, é entendida como um conceito abrangente, ainda que com nuances distintas entre os entrevistados. Ao nível estratégico, a sustentabilidade é claramente conceptualizada de forma integrada, sendo definida como o equilíbrio entre dimensões económicas, sociais e ambientais. Como refere o E1, trata-se de "uma empresa equilibrada nos diferentes princípios, quer no setor económico, quer no setor social, quer no setor ambiental".

De forma semelhante, a gestora de qualidade e segurança alimentar (E4) reforça esta visão, salientando que "ser sustentável dista muito de ser única e exclusivamente ecológico", integrando também preocupações económicas e sociais, como a necessidade de garantir a viabilidade financeira da empresa e a relação com os fornecedores e a comunidade envolvente:

> "não basta preocupar-nos com materiais de embalagem se eles são muito caros e põem em risco a saúde financeira da empresa, assim como não é melhor recorrer a fornecedores do sul do país por serem mais baratos quando não estamos a comprar aos nossos fornecedores aqui de mais perto (…) é basicamente um triângulo, que é o meio ambiente, a economia da nossa empresa e a responsabilidade social para fora" (E4).

No entanto, ao nível operacional, observa-se uma definição mais centrada na gestão de recursos, como refere o E2, ao associar sustentabilidade a "não desgastar recursos,

reciclar o máximo que pudermos", o que evidencia diferentes níveis de perceção do conceito.

No que respeita às práticas de sustentabilidade em concreto, verifica-se a existência de diversas iniciativas alinhadas com os princípios da sustentabilidade. Ao nível energético, destaca-se a instalação de painéis solares, referida como um investimento relevante para "reduzir o consumo de energia da rede" (E4), bem como a adoção de soluções mais eficientes. Neste âmbito, foi também mencionada a substituição de sistemas de iluminação tradicionais por soluções automáticas, uma vez que "mudamos, por exemplo, as lâmpadas de presença, em vez de ser lâmpadas de interruptor normal, é aquele de presença que liga e desliga, que é para evitar que as pessoas se esqueçam" (E2). Entre os investimentos realizados em 2024 destaca-se ainda a aquisição de uma viatura elétrica, evidenciando a integração progressiva de soluções ambientalmente mais sustentáveis e a preocupação da organização com a redução do impacto ambiental associado à mobilidade empresarial (Quintas de Melgaço, 2025b). No futuro, após o investimento em painéis solares, perspetiva-se a instalação de sistemas de armazenamento de energia: "de futuro […], o objetivo até é instalar aquelas baterias para acumular energia. E aí vai ser fenomenal, porque não vamos estar dependentes da rede pública de eletricidade" (E4), o que revela uma preocupação crescente com a sustentabilidade energética e a redução de custos a longo prazo.

Ao nível hídrico, foram identificadas ações de redução de desperdícios, nomeadamente através da substituição de equipamentos e controlo de fugas, sendo referido que a empresa tem vindo a "mudar mangueiras que estavam estragadas para não haver fugas de água" (E3), bem como a introdução de mecanismos que promovem um uso mais eficiente deste recurso: "Também tentamos sempre aqueles redutores na pontinha das mangueiras." (E3). Estas práticas inserem-se numa lógica mais ampla de controlo de custos e de otimização do uso de recursos, sendo também referido que a empresa tem procurado "reduzir […] gastos de água e de energia elétrica" (E3), evidenciando uma preocupação crescente com a eficiência operacional.

A participação da empresa na sociedade constitui igualmente uma dimensão relevante das suas práticas, refletindo o compromisso com a comunidade envolvente. Neste sentido, são desenvolvidas diversas iniciativas de apoio local, evidenciando uma

preocupação com a dimensão social da sustentabilidade. Como mencionado, a empresa tem vindo a colaborar com entidades locais, nomeadamente através da cedência de espaços e apoio a atividades comunitárias, sendo destacado que "deixamos o espaço a custo zero" (E4) para a realização de iniciativas locais. Para além disso, é também referido o apoio a jovens talentos e a instituições da região, contribuindo para o desenvolvimento social e cultural do território, sendo destacado que a empresa "está a apoiar jovens talentos no desporto aqui em Melgaço […] e somos mecenas lá" (E4). Neste sentido, realça-se, como perspetiva futura, a intenção de reforçar a ligação à comunidade, sendo salientada a importância de "estar mais envolvida com a comunidade" (E4), o que evidencia uma orientação para uma maior integração da dimensão social nas práticas de sustentabilidade.

Adicionalmente, ao nível administrativo, verificam-se práticas simples, mas relevantes, associadas à redução do consumo de papel. Como referido, "se em vez de imprimirmos 20 folhas imprimimos 10, estamos aqui também a ter uma redução de custos e também a nível de sustentabilidade" (E3). Este exemplo demonstra que a sustentabilidade é também operacionalizada através de pequenas ações do quotidiano, que, embora menos visíveis, contribuem de forma significativa para a eficiência organizacional e para a redução do impacto ambiental.

A gestão de resíduos constitui igualmente uma dimensão relevante, sendo mencionadas práticas de reciclagem, segregação e reutilização de materiais, destacando-se a preocupação com o *packaging*, através da utilização de materiais certificados, redução do uso de plástico e procura de alternativas mais sustentáveis, como por exemplo garrafas mais leves. Esta orientação é evidenciada pela adoção de materiais com certificação ambiental, sendo referido que a empresa já utiliza "tudo o que é cartão e papel com certificação FSC" (E4).

Além disso, observa-se uma aposta na inovação ao nível das embalagens, nomeadamente na redução do impacto ambiental associado ao peso dos materiais. Como referido, existe uma preocupação com "reduzir o peso da garrafa, evitar o plástico, embalagens recicláveis" (E1), o que demonstra uma abordagem alinhada com práticas mais sustentáveis ao longo da cadeia de valor.

Por outro lado, no que diz respeito à antiguidade das práticas de sustentabilidade na própria empresa, os resultados evidenciam alguma divergência nas perceções dos entrevistados, refletindo diferentes níveis de envolvimento e conhecimento sobre o tema. Por um lado, a responsável pela área da sustentabilidade refere que a implementação mais estruturada destas práticas é relativamente recente, indicando que estas se intensificaram "há cerca de 2 anos" (E4), sobretudo associadas ao processo de certificação e à criação de uma equipa dedicada. Por outro lado, ao nível da gestão de topo, é apontada uma perspetiva mais ampla, sendo referido que a empresa já desenvolve práticas sustentáveis "há talvez 14/15 anos" (E1), ainda que de forma menos formalizada. Esta diferença sugere que, embora a preocupação com a sustentabilidade não seja recente, a sua integração estratégica e sistematizada constitui um fenómeno mais recente, marcado por um maior grau de formalização e consciencialização organizacional.

Na sequência, as práticas de sustentabilidade são descritas pelos entrevistados como iniciativas em desenvolvimento ou em consolidação.

Existem sinais de alguma estruturação das práticas de sustentabilidade, nomeadamente através da criação de uma equipa específica na área de sustentabilidade e da realização de ações de formação interna, o que evidencia um esforço de institucionalização do tema na organização. Como referido, "temos […] uma equipa de sustentabilidade definida […] tentamos ter pelo menos um membro de cada departamento" (E4). Adicionalmente, a existência de ações de formação é também reconhecida pelos colaboradores: "já tivemos formação […] de sustentabilidade" (E2).

No entanto, subsiste uma forte componente informal, o que reflete um estágio inicial de consolidação estratégica. Neste sentido, é referido que muitas das práticas "ainda são ideias que vão surgindo ou que vão aparecendo" (E4), o que indica a ausência de um planeamento totalmente estruturado e sistematizado. Esta perceção é reforçada pelo E3, que refere que as práticas "têm vindo a ser implementadas e integradas no processo" (E3) de forma gradual.

Adicionalmente, esta crescente relevância da sustentabilidade reflete-se também nas decisões de investimento e na escolha de materiais e processos, sendo referido que "nós

agora somos muito mais conscientes em termos de investimentos para a empresa do que éramos provavelmente há 3 ou 4 anos atrás" (E4). Esta preocupação traduz-se, por exemplo, na adoção de soluções produtivas mais sustentáveis, como o facto de a nova linha de produção "já fechar caixas a cola, não fecha caixas a fita cola" (E4), ilustrando a incorporação progressiva de critérios de sustentabilidade nas decisões organizacionais.

Em síntese, os resultados evidenciam que, embora a sustentabilidade já esteja presente nas práticas organizacionais das Quintas de Melgaço, S.A., a sua integração ocorre de forma progressiva e ainda em consolidação, sendo reconhecido que a sustentabilidade influencia várias decisões organizacionais.

4.4. A comunicação das práticas de sustentabilidade e o relato formal da sustentabilidade

A comunicação externa destas práticas de sustentabilidade é bastante limitada, evidenciando um reduzido grau de formalização nesta dimensão. Como referido pela gestora de qualidade e segurança alimentar, "tudo o que é sustentabilidade ainda está muito aqui dentro, nós ainda não temos muito feedback do nosso meio envolvente" (E4), o que demonstra que a maioria das iniciativas permanece ao nível interno, não sendo ainda comunicada de forma estruturada para o exterior. O próprio administrador-delegado também afirma que a comunicação ocorre sobretudo de forma indireta e pouco sistematizada, sendo referido que "não fazemos uma comunicação específica da sustentabilidade, […] comunicamos o facto de estarmos certificados" (E1). Ou seja, a divulgação das práticas ocorre essencialmente através da comunicação de certificações no respetivo site e redes sociais, que incorporam implicitamente requisitos de sustentabilidade, não existindo ainda um relato autónomo e estruturado nesta área. Adicionalmente, a decisão sobre o que é comunicado encontra-se centralizada, sendo indicado que "tudo o que irá para esses canais será definido pelo Dr. Pedro" (E4).

Por outro lado, a limitada comunicação externa reflete-se também na ausência de feedback por parte dos *stakeholders*, o que evidencia uma fraca interação com o exterior nesta área. Ainda assim, em contextos mais específicos, como a relação com clientes, existem sinais de valorização destas práticas, sendo mencionado que

determinados clientes “valorizam muito materiais certificados, como o FSC” (E4), o que sugere que a comunicação, embora limitada, pode ter impacto quando ocorre de forma evidente.

Neste sentido, é reconhecida a sua importância, sendo salientado que comunicar sustentabilidade permite “mostrar aquilo que nós estamos a fazer” e também “incentivar […] as outras pessoas, porque se as pessoas virem que nós fazemos, se calhar querem fazer também […] uns puxam os outros” (E2), evidenciando o potencial da comunicação enquanto mecanismo de influência e disseminação de boas práticas.

Neste sentido, embora a comunicação da sustentabilidade seja valorizada como meio de dar visibilidade às práticas desenvolvidas e influenciar outros agentes, essa comunicação carece de uma base estruturada que a sustente. É precisamente neste contexto que o relato de sustentabilidade surge, nas Quintas de Melgaço, S.A., como um passo fundamental para sustentar e dar coerência à comunicação da sustentabilidade de forma consistente e credível.

A necessidade de avançar com o processo de elaboração do relato de sustentabilidade surgiu entre 2023/2024, no contexto das crescentes exigências do enquadramento regulatório europeu, nomeadamente associadas à CSRD e às ESRS, bem como da pressão exercida por *stakeholders* internacionais e da necessidade interna de medir e gerir indicadores como a pegada carbónica e a eficiência dos recursos. Paralelamente, tal como mencionado anteriormente, a empresa já vinha a desenvolver práticas sustentáveis, tornando-se pertinente estruturar e comunicar esse desempenho.

A iniciativa partiu da gestão de topo, envolvendo posteriormente diferentes áreas técnicas e operacionais da organização, o que evidencia um compromisso estratégico com a sustentabilidade. Além disso, face à complexidade técnica do processo, nomeadamente no que respeita ao cálculo de emissões de gases com efeito de estufa, definição de indicadores ESG e alinhamento com normas internacionais, a empresa optou por recorrer a consultores externos, selecionados com base na sua experiência no setor vitivinícola e no domínio das principais normas de relato, entrando em funções nesse mesmo ano (E4).

O processo de elaboração do relato de sustentabilidade foi estruturado em várias etapas, iniciando-se em 2024 com um diagnóstico inicial sustentado na análise de documentos internos, como registos de produção, relatórios financeiros e dados de recursos humanos. Paralelamente, está ainda em curso a recolha de dados quantitativos relevantes, nomeadamente consumos de água /lavagem, KWh por garrafa produzida, quantidade de resíduos gerados e consumos de energia. Estes dados são recolhidos através de softwares de faturação, contadores de água/luz e inquéritos, sendo posteriormente tratados em ferramentas como o Excel e o software de gestão (ERP). Ao nível dos indicadores a relatar, a empresa já começou a definir métricas nas três dimensões do modelo *Triple Bottom Line*: ambiental, social e económico, incluindo, por exemplo, emissões de CO_2 por litro de vinho, percentagem de uvas adquiridas localmente, formação dada aos sócios e segurança no trabalho e valor económico distribuído pelos viticultores. Adicionalmente, no que respeita aos temas materiais, já é possível identificar algumas prioridades, nomeadamente a gestão da água, a preservação da biodiversidade, o apoio à economia local e a gestão de resíduos de embalagem, refletindo uma primeira orientação estratégica no âmbito da sustentabilidade (E4).

Em termos de referenciais, embora tenham sido equacionadas normas como as da GRI, as ESRS e o *Greenhouse Gas Protocol* no âmbito do processo, a empresa encontra-se, neste momento, mais focada na implementação do referencial nacional promovido pelo Instituto da Vinha e do Vinho (IVV), evidenciando uma abordagem gradual e adaptada à sua realidade: “o que nós estamos a tentar implementar é sustentabilidade do IVV, para já” (E4).

Por outro lado, o processo de definição de *stakeholders* no âmbito deste relato ainda não se encontra plenamente consolidado, evidenciando-se, nesta fase, a ausência de uma identificação formal dos principais públicos-alvo. No entanto, a administração, reconhece como *stakeholders* relevantes, pelo menos “todos os nossos fornecedores de cápsulas, garrafas, embalagens (…)” (E1).

Deste modo, conclui-se que a comunicação de informação sobre sustentabilidade na Quintas de Melgaço, S.A. ainda é pouco estruturada e carece de uma estratégia definida, apesar da tomada de consciência da importância do relato externo enquanto

instrumento de transparência e diferenciação. Atualmente, o processo de elaboração deste mesmo relato encontra-se em desenvolvimento, com uma estrutura de relatório já delineada incluindo: enquadramento, análise de materialidade, desempenho, indicadores e metas, análise de dados, conclusões e recomendações, e com intenção de divulgação futura, sem data prevista, através do site oficial da empresa.

Em suma, o relato de sustentabilidade caracteriza-se, nesta fase, por uma abordagem ainda pouco consolidada, centrada no diagnóstico e na estruturação interna, mas que se pretende venha a evoluir para um verdadeiro instrumento de comunicação estratégica.

4.5. Motivações e barreiras à adoção de práticas de sustentabilidade e ao relato de sustentabilidade

As entrevistas realizadas permitiram identificar um conjunto diversificado de motivações associadas à adoção da sustentabilidade e do respetivo relato, refletindo diferentes perspetivas dentro da empresa.

Em primeiro lugar, destacam-se motivações de natureza estratégica, associadas à competitividade e ao posicionamento em determinados mercados. A sustentabilidade é reconhecida como um fator diferenciador, sobretudo em mercados mais exigentes, como os nórdicos, que "são muito preocupados com esse tipo de assunto" (E4) e onde já "há muitas empresas que valorizam a sustentabilidade" (E2).

Neste contexto, embora não constitua necessariamente um meio de entrada, a sustentabilidade representa "um ponto que diferencia quando nós estivermos lá" (E4). Além disso, estes mercados apresentam níveis de exigência mais elevados, sendo referido que "já estão muito mais avançados" e que podem penalizar práticas menos sustentáveis, nomeadamente através de "impostos mais gravosos" (E1). Assim, a sustentabilidade assume-se como um elemento estratégico essencial para a competitividade e a adaptação aos mercados internacionais.

Em segundo lugar, emergem motivações de natureza reputacional, relacionadas à imagem da empresa e da sub-região. A sustentabilidade é percecionada como um

elemento que contribui para valorizar não apenas a organização, mas também a sub-região de Monção & Melgaço, reforçando a sua credibilidade no setor vitivinícola. Como referido, a adoção destas práticas é percecionada como tendo um impacto positivo na imagem, sendo destacado que "estamos a beneficiar não só a nossa imagem, também dos vinhos verdes e da região, como também o planeta em si e a vida das pessoas em geral" (E2). Esta perspetiva é também reforçada pela administração da empresa, ao considerar-se que a implementação de práticas sustentáveis "é uma mais-valia para toda a sub-região" (E1), contribuindo para a sua valorização e reconhecimento. Deste modo, a sustentabilidade surge associada não só à reputação individual da empresa, mas também à projeção e credibilidade do território onde esta se insere.

Em terceiro lugar, identificam-se motivações de natureza ética e ambiental, associadas à preocupação com o futuro e com o impacto das atividades empresariais. O administrador-delegado refere que a implementação de práticas sustentáveis decorre da necessidade de "zelar pelo futuro da sociedade" (E1), evidenciando uma preocupação com as gerações futuras e com a preservação do meio ambiente.

Esta perspetiva é também partilhada por E2 e E3, que associam a sustentabilidade à responsabilidade coletiva, sendo referido que importa "termos um mundo mais sustentável, não tão sujo" (E3), onde se deve "reciclar o máximo que pudermos" (E2). Deste modo, a sustentabilidade é entendida não apenas como uma estratégia empresarial, mas também como um compromisso ético com a sociedade e o ambiente.

Por fim, surgem motivações operacionais, relacionadas com a eficiência e a redução de custos da atividade. A implementação de práticas ambientalmente sustentáveis, como os painéis solares, já permite observar poupanças económicas, reforçando a perceção da sustentabilidade como um investimento e não apenas como um custo. Como referido pelo E4, "conseguimos verificar que, com a instalação dos painéis elétricos, que foi um investimento muito grande, já estamos a gerar uma poupança muito grande", o que evidencia o retorno económico associado a estas iniciativas.

No entanto, as entrevistas ilustram também a existência de barreiras que condicionam a adoção e o aprofundamento das práticas de sustentabilidade e, consequentemente, do relato de sustentabilidade.

A principal barreira identificada é de natureza financeira, sendo referido de forma clara que “não podemos negar que é o custo” (E4). Esta dificuldade é também reconhecida por outros entrevistados, ao referirem que “muitas vezes é os custos associados às mesmas” (E3) e que materiais mais sustentáveis “às vezes […] são mais caros” (E2), evidenciando o impacto económico destas decisões.

Para além disso, persistem desafios associados ao processo de relato, sobretudo no que respeita à recolha e sistematização da informação, em particular dos dados provenientes das explorações agrícolas dos associados, onde o controlo é menos centralizado. Acresce ainda a dispersão da informação e a dificuldade na quantificação de alguns indicadores, como a pegada carbónica, processo descrito pelo E4 como “extremamente complexo” e exigente em termos de tempo e recursos, dificultando a recolha e o tratamento da informação necessária para o relato.

Adicionalmente, identificam-se barreiras organizacionais, nomeadamente a resistência à mudança e a necessidade de formação dos colaboradores. Muitos comportamentos menos sustentáveis resultam de hábitos enraizados, sendo referido que “as pessoas não fazem certas coisas […] simplesmente porque não sabem” (E4). Adicionalmente, pequenas ações de sensibilização podem desencadear mudanças significativas nos comportamentos organizacionais, sendo referido que “basta uma pessoa dizer […] já pensaram que nós podemos guardar estas caixas […] é uma poupança económica, o ambiente agradece?” (E4), o que reforça a necessidade de promover uma maior consciencialização e envolvimento ativo dos colaboradores na adoção de medidas sustentáveis.

Por fim, destacam-se limitações relacionadas com o mercado e com os fornecedores, que condicionam a implementação de algumas práticas de sustentabilidade. Como referido, “nem sempre se consegue disponibilidade de materiais sustentáveis, nem fornecedores que tenham certificação em sustentabilidade” (E2), o que evidencia dificuldades na aquisição de materiais alinhados a esses princípios. Esta limitação é igualmente reconhecida pela administração, sendo referido que “efetivamente estamos a falar de um setor que ainda é um setor bastante tradicional que usa muito o plástico nas cápsulas” (E1), existindo dificuldades em encontrar alternativas mais sustentáveis, sobretudo num contexto em que as opções disponíveis no mercado ainda são limitadas.

Deste modo, a dependência de fornecedores e a escassez de soluções sustentáveis no mercado constituem obstáculos relevantes à implementação e ao aprofundamento das práticas de sustentabilidade.

É reconhecido que a sustentabilidade tende a assumir um papel cada vez mais relevante no futuro do setor, sendo referido que "Sustentabilidade é o futuro" (E2), o que reforça a importância da empresa continuar a investir nesta área. Assim, as perspetivas futuras apontam para um reforço da formalização, da inovação e da integração das práticas de sustentabilidade, acompanhando as exigências crescentes do mercado e da sociedade. Além disso, a análise do relatório de gestão permite identificar as principais orientações estratégicas definidas pela empresa para o futuro, nomeadamente a aposta na internacionalização, na diferenciação do produto e na melhoria dos processos produtivos o que evidencia uma crescente preocupação com a competitividade e posicionamento no mercado (Quintas de Melgaço, 2025b).

Neste contexto, o desenvolvimento de práticas de sustentabilidade e do respetivo relato poderá assumir um papel determinante como fator diferenciador e de reforço da reputação da empresa. Este alinhamento estratégico vai ao encontro das perceções recolhidas nas entrevistas, onde os colaboradores destacam a importância da competitividade e da diferenciação no setor, ainda que a sustentabilidade não se encontre totalmente formalizada.

4.6. Discussão dos resultados

Nesta secção discutem-se os resultados da análise das entrevistas realizadas, à luz da literatura e do contexto sectorial previamente apresentado. Neste sentido, os resultados obtidos nas entrevistas devem ser interpretados à luz do contexto económico adverso enfrentado pela organização, marcado pelo aumento das taxas de juro e da inflação e pela instabilidade geopolítica, fatores que contribuíram para a redução do consumo de vinho (Quintas de Melgaço, 2025b). Este enquadramento evidencia que, em contextos de pressão económica, as empresas tendem a priorizar a sustentabilidade financeira, o que pode justificar o caráter ainda pouco estruturado do relato de sustentabilidade.

No que diz respeito ao conceito de sustentabilidade, a visão dos entrevistados sobre a sustentabilidade empresarial encontra-se alinhada com a perspetiva do *triple bottom line* de Elkington (1997), amplamente discutida na literatura, segundo a qual a sustentabilidade empresarial assenta no equilíbrio entre as dimensões económica, social e ambiental. Ao nível estratégico, os entrevistados demonstram uma compreensão integrada deste conceito, alinhada com autores como Savitz e Weber (2006) e Serafini et al. (2022), ao reconhecerem que a sustentabilidade implica não apenas preocupações ambientais, mas também a viabilidade económica da empresa e a sua responsabilidade social. No entanto, à semelhança do identificado por Iserhard et al. (2014), ao nível operacional, a sustentabilidade é frequentemente associada, sobretudo, à gestão eficiente de recursos, o que evidencia diferentes níveis de maturidade conceptual entre os entrevistados.

No que diz respeito às práticas de sustentabilidade, os resultados empíricos corroboram a literatura que identifica estas práticas como um processo gradual de transformação organizacional (Oliveira et al., 2012; Iserhard et al., 2014). As iniciativas identificadas, nomeadamente ao nível energético, hídrico, de gestão de resíduos e *packaging*, refletem uma lógica de melhoria contínua e de eficiência operacional, em linha com os princípios da economia circular e da utilização eficiente de recursos (Pereira, 2021). Neste sentido, os resultados empíricos mostram que, apesar de a economia circular não ser explicitamente referida pelos entrevistados, os seus princípios encontram-se implicitamente presentes nas práticas organizacionais descritas. Em particular, os entrevistados destacam a importância de "reciclar o máximo possível, reutilizar materiais e evitar o desperdício" (E2), bem como a redução do consumo de recursos, nomeadamente através da diminuição do uso de papel (E3). Estas evidências empíricas corroboram a literatura, que define a economia circular como um sistema que visa "manter o valor dos recursos o maior tempo possível dentro do sistema, reduzindo a extração, os resíduos e as emissões" (Suárez-Eiroa et al., 2019, p. 968). De igual modo, Pereira (2021) sublinha que este modelo assenta na utilização eficiente de recursos, na reciclagem e na redução do consumo de matérias-primas, enquanto Fontgalland (2022) reforça a centralidade dos princípios dos 4Rs (redução, reutilização, reciclagem e recuperação) nas atividades produtivas. Adicionalmente, a adoção de soluções como

painéis solares ou materiais certificados ilustra como a sustentabilidade pode gerar benefícios económicos e operacionais, contribuindo simultaneamente para a redução de custos e para a criação de valor, alinhado com GRI et al. (2015).

Contudo, a análise evidencia que estas práticas ainda se encontram numa fase inicial de maturidade, o que está em consonância com a literatura sobre PME, que aponta para a existência de limitações estruturais na integração plena da sustentabilidade (O'Reilly et al., 2024). Apesar da existência de sinais de formalização, como a criação de uma equipa dedicada à área da sustentabilidade e a realização de ações de formação, subsiste uma forte componente informal, com práticas que "vão surgindo" de forma gradual. Esta realidade confirma a ideia de que a sustentabilidade, em contextos organizacionais reais, tende a desenvolver-se de forma incremental e adaptativa, e não através de processos totalmente estruturados desde o início.

Por outro lado, ao nível da comunicação destas práticas, os resultados denotam um reduzido grau de formalização, verificando-se que a maioria das iniciativas permanece ao nível interno, não sendo ainda comunicada de forma estruturada para o exterior, sendo substituída, em grande medida, pela divulgação de certificações que, de certa forma, contêm essa informação implicitamente. Esta abordagem evidencia que a empresa se encontra numa fase inicial de desenvolvimento, em que a prioridade está na implementação e consolidação interna das práticas, e não ainda na sua comunicação externa. Ainda assim, verifica-se uma orientação futura para o reforço desta dimensão, reconhecendo-se a importância de comunicar as iniciativas desenvolvidas de forma mais clara e sistemática. Esta realidade reflete uma menor centralidade atribuída, nesta fase, à comunicação externa das práticas, apesar de a literatura destacar o relato de sustentabilidade como um elemento importante para a transparência, a prestação de contas e o fortalecimento da relação com os *stakeholders* (BCSD Portugal, 2021; Singhania & Chadha, 2023).

No que diz respeito ao reporte de sustentabilidade, os relatos dos entrevistados corroboram a literatura, evidenciando a crescente insuficiência da informação exclusivamente financeira para avaliar o desempenho organizacional de forma completa. Como defendem Minutiello e Tettamanzi (2022), a análise apenas dos dados financeiros não permite compreender plenamente os riscos, o desempenho global nem

os potenciais desenvolvimentos futuros das organizações. Neste contexto, o relato de sustentabilidade emerge como um instrumento complementar de gestão, que permite integrar informação não financeira relevante, contribuindo para uma visão mais abrangente e informada da realidade organizacional. No caso em estudo, o relatório de sustentabilidade encontra-se ainda numa fase inicial de elaboração, tendo a sua necessidade emergido entre 2023 e 2024, no contexto das exigências do enquadramento regulatório europeu, da pressão de *stakeholders* internacionais e da necessidade interna de medir e estruturar o desempenho sustentável já existente. A iniciativa partiu da gestão de topo, com envolvimento das diferentes áreas da organização e apoio de consultores externos, encontrando-se o processo atualmente planeado, com uma estrutura de relatório já delineada e orientada para futura divulgação no website da empresa.

Esta perspetiva está alinhada com a literatura, que reconhece o potencial do reporte não financeiro para apoiar a melhoria do desempenho organizacional e a definição de objetivos a médio e longo prazo (Rosca & Bac, 2019). O facto de a empresa se encontrar ainda numa fase inicial de formalização do relato de sustentabilidade, nomeadamente ao nível da definição de *stakeholders* prioritários, temas materiais e adoção de referenciais internacionais, não constitui uma situação isolada no setor. Bertorelli et al. (2023) demonstram que muitas empresas do setor apresentam precisamente este desfasamento entre práticas já existentes e sistemas formais de reporte e comunicação. No entanto, contrariamente ao que é frequentemente destacado na literatura, nomeadamente a pressão dos stakeholders como principal fator impulsionador do relato (Whittingham et al., 2023), os resultados evidenciam que a adoção do relato decorre de uma conjugação de fatores internos e externos. Por um lado, tal como abordado previamente, destaca-se o crescente enquadramento regulatório europeu e a evolução das exigências dos *stakeholders* internacionais, por outro, emerge a necessidade interna de medir e gerir a pegada carbónica e a eficiência de recursos. Este aspeto constitui um contributo relevante do estudo, ao evidenciar que, em determinados contextos, o impulso para o relato resulta da articulação entre pressões externas e necessidades internas de gestão, e não exclusivamente de fatores externos à organização.

Neste contexto e neste momento, os esforços da empresa estão direcionados para a implementação do Referencial Nacional de Certificação de Sustentabilidade do Setor Vitivinícola (RNCSSV), promovido pelo IVV, que implica a avaliação e melhoria de práticas sustentáveis, assentes na monitorização e melhoria contínua do desempenho nas dimensões ambiental, social e económica (IVV, 2022), o que revela uma abordagem gradual e ajustada às particularidades do setor.

Relativamente às motivações, os resultados estão alinhados com os principais argumentos teóricos identificados por Sehgal et al. (2023), evidenciando a coexistência de motivações económicas, estratégicas e de legitimação. Por um lado, a sustentabilidade é percecionada como um fator de competitividade, particularmente relevante em mercados internacionais mais exigentes, em linha com a literatura que associa a sustentabilidade à criação de vantagem competitiva e ao acesso a novos mercados (Borges et al., 2024; Miller, 2020). Por outro lado, emergem motivações reputacionais e éticas, relacionadas com a imagem da empresa e com a responsabilidade social, confirmando a perspetiva de que a sustentabilidade contribui para a legitimação organizacional (ver Cho et al., 2018). Esta dimensão reputacional é particularmente relevante num setor fortemente ligado à origem e à identidade territorial, como o vinícola, no qual a imagem da empresa frequentemente está associada à qualidade do produto e à valorização da região. Assim, ao integrar e comunicar práticas sustentáveis, a empresa não só melhora a sua própria imagem, como contribui para a valorização da sub-região, reforçando a confiança dos seus *stakeholders*.

No entanto, os entrevistados também relataram a existência de múltiplas barreiras. As limitações financeiras, a complexidade técnica, especialmente no cálculo da pegada de carbono, e as dificuldades associadas à disponibilidade de fornecedores sustentáveis refletem os desafios também identificados por autores como Fontgalland (2022), Iserhard et al. (2014) e Morandi e Zinno (2025). O aumento dos custos operacionais, nomeadamente ao nível das matérias-primas, dos gastos com pessoal e dos encargos financeiros, constitui um fator relevante na análise das barreiras à sustentabilidade identificadas nas entrevistas. Estes dados reforçam a evidência empírica de que as limitações financeiras representam um entrave significativo à implementação de

práticas sustentáveis mais estruturadas e ao desenvolvimento do relato de sustentabilidade (ver Quintas de Melgaço, 2025).

Além disso, o facto de o setor vitivinícola ser descrito como tradicional reforça a ideia de que a mudança para práticas mais sustentáveis implica não apenas ajustamentos técnicos, mas também transformações culturais e estruturais.

5. CONCLUSÃO

Neste último capítulo são apresentadas as principais conclusões do estudo, procurando dar resposta às questões de investigação formuladas no primeiro capítulo. Adicionalmente, são evidenciados os principais contributos e limitações do trabalho. Por fim, são sugeridas possíveis linhas de investigação futura.

5.1. Principais Conclusões

O presente estudo teve como objetivo analisar a forma como a sustentabilidade é integrada nas práticas organizacionais das Quintas de Melgaço e caracterizar o processo de relato de sustentabilidade na empresa, identificando simultaneamente as motivações, barreiras e perspetivas associadas a este processo.

Para sustentar esta investigação, foi desenvolvida, no segundo capítulo, uma revisão da literatura centrada na crescente relevância da sustentabilidade no contexto empresarial e na evolução do relato de sustentabilidade. Tal como evidenciado na literatura, a análise exclusiva da informação financeira revela-se insuficiente para compreender de forma completa o desempenho, os riscos e os desenvolvimentos futuros das organizações (Minutiello & Tettamanzi, 2022), o que tem conduzido à valorização do relato de sustentabilidade enquanto instrumento complementar de gestão e comunicação. Neste contexto, a sustentabilidade assume um papel crescente na estratégia empresarial, na criação de valor e na competitividade das empresas (GRI et al., 2015; Borges et al., 2024).

Neste sentido, de forma a responder às questões de investigação formuladas inicialmente, foi desenvolvido um estudo de caso, de natureza qualitativa e exploratória, baseado na realização de entrevistas semiestruturadas a colaboradores das Quintas de Melgaço, S. A., complementadas por uma análise documental de fontes institucionais da empresa, nomeadamente o website oficial e documentos internos relevantes, com o objetivo de aprofundar a compreensão das práticas de sustentabilidade e do respetivo processo de relato.

Posto isto, são apresentadas as respostas às questões de investigação formuladas:

1. *Como é que a sustentabilidade é integrada nas práticas organizacionais na empresa Quintas de Melgaço, S.A., uma empresa vinícola da sub-região de Monção & Melgaço?*

No caso analisado, verifica-se que a sustentabilidade é entendida como um conceito abrangente, integrando dimensões económicas, sociais e ambientais, ainda que com diferentes níveis de aprofundamento entre os colaboradores. Neste sentido, os resultados obtidos evidenciam que a empresa já implementa diversas práticas sustentáveis, ainda que numa fase inicial de maturidade, caracterizada por uma abordagem gradual e pouco formalizada, alinhado com as exigências crescentes do mercado e com as preocupações ambientais e sociais atuais.

Relativamente às práticas de sustentabilidade em concreto, constata-se que a sustentabilidade já se encontra incorporada em diversas áreas da organização, nomeadamente ao nível energético, hídrico, gestão de resíduos, *packaging* e envolvimento com a comunidade. Estas iniciativas refletem uma preocupação crescente com a eficiência operacional, a redução de impactos ambientais e a responsabilidade social. Adicionalmente, verifica-se que a comunicação externa destas mesmas práticas é ainda reduzida e pouco estruturada, sendo frequentemente substituída pela divulgação de certificações.

No entanto, os resultados evidenciam que estas práticas se encontram ainda numa fase mais inicial, coexistindo elementos formais, como a existência de uma equipa dedicada e ações de formação, com abordagens mais informais e evolutivas.

Neste sentido, a sustentabilidade é integrada de forma progressiva e evolutiva, sendo fortemente influenciada por fatores internos, como a cultura organizacional e os recursos disponíveis, bem como pelas especificidades do setor vitivinícola, ainda marcado por uma forte componente tradicional.

2. *Como se caracteriza o processo de relato de sustentabilidade nessa empresa?*

No que diz respeito ao processo de adoção do relato de sustentabilidade, este encontra-se ainda numa fase inicial de desenvolvimento, visto que o processo apresenta um baixo

grau de formalização. Neste contexto, a empresa encontra-se mais focada na implementação do referencial setorial RNCSSV, com o apoio de consultores externos.

Apesar disso, existe uma perceção crescente da importância do relato enquanto instrumento de comunicação e transparência, sendo expectável um reforço desta dimensão no futuro.

De forma geral, conclui-se que o processo de adoção do relato ocorre de forma progressiva, ainda pouco formalizada e impulsionada por motivações internas e externas, refletindo o estágio de desenvolvimento da empresa e as especificidades do contexto das PME vinícolas. Contudo, subsistem várias barreiras, nomeadamente limitações financeiras, complexidade técnica e dificuldades ao nível de fornecedores mais sustentáveis.

5.2. Contributos do Estudo

A investigação desenvolvida contribui para o enriquecimento da literatura ao abordar o tema do relato de sustentabilidade no contexto das empresas vinícolas, uma área ainda pouco explorada, sobretudo ao nível das PME. Através da análise das perceções dos diferentes colaboradores das Quintas de Melgaço, o estudo permite aprofundar a compreensão sobre a forma como a sustentabilidade é integrada nas práticas organizacionais e como o respetivo relato está a ser desenvolvido num contexto real.

5.3. Limitações do Estudo

A principal limitação do presente estudo reside no facto ter focado apenas um estudo de caso único e do tema da sustentabilidade e, em particular, do relato de sustentabilidade, ainda se encontrar numa fase inicial de desenvolvimento nas Quintas de Melgaço. Esta situação condicionou a profundidade da análise em algumas dimensões, nomeadamente ao nível da existência de métricas, definição de *stakeholders*, temas materiais e estrutura formal de relato. Adicionalmente, as perceções recolhidas refletem diferentes níveis de conhecimento e envolvimento dos

entrevistados com o tema, o que poderá ter influenciado a consistência e profundidade de algumas respostas.

5.4. Linhas de Investigação Futura

No âmbito da área em que se enquadra esta investigação, seria pertinente atualizar o presente estudo após a conclusão do processo de implementação do relato de sustentabilidade nas Quintas de Melgaço, permitindo avaliar a evolução das práticas, o grau de formalização alcançado e o impacto efetivo do relato ao nível da gestão e da comunicação externa.

Adicionalmente, revela-se relevante alargar o estudo a outras empresas do setor de forma a comparar diferentes níveis de maturidade na integração da sustentabilidade e identificar padrões comuns ou divergentes, contribuindo para uma compreensão mais abrangente da sustentabilidade no setor.

Por fim, considera-se igualmente pertinente desenvolver estudos que explorem a perspetiva de outros *stakeholders,* nomeadamente clientes e/ou fornecedores, de forma a compreender a importância atribuída à sustentabilidade e ao seu relato, bem como o impacto destas práticas nas decisões e nas relações empresariais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADVID/CoLAB VINES&WINES. (2023). *Guia de economia circular para o setor vitivinícola*. Associação para o Desenvolvimento da Viticultura Duriense. https://www.advid.pt/uploads/DOCUMENTOS/Subcategorias/manuais/MANUAL_WEB_ECONOMIACIRCULAR_FINAL.pdf

Antonio, N., Araujo, R., Fornazin, M., Santos, P., R. (2019). Metodologia de pesquisa: Estudo de caso interpretativo em sistemas de informação. *Tópicos em Sistemas de Informação: Minicursos SBSI 2019*, pp.53-80.

Baldassarre, B., Keskin, D., Diehl, J. C., Bocken, N., & Calabretta, G. (2020). Implementing sustainable design theory in business practice: A call to action. *Journal of Cleaner Production, V (273),* 123113, 1-17. https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2020.123113

BCSD Portugal (2021). DIRETRIZES DA SUSTENTABILIDADE | Reporting. https://bcsdportugal.org/diretrizes-da-sustentabilidade-reporting/

Bertorelli, S., Gubelli, S., Bramanti, V., Capri, E., & Lamastra, L. (2023). How does the wine sector perform and communicate sustainability? The Italian case. *Sustainability, 15*(17), 12700. https://doi.org/10.3390/su151712700

Borges, C. V., Maia, A. L. R., Ogoshi, R. C.S. & Zeni, I. (2024). Uma revisão bibliográfica sobre a sustentabilidade empresarial. *Revista de Gestão e Secretariado*, *15*(10), pp.1–8. https://ojs.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/4209/2769

Broccardo, L., Truant, E., & Dana, L.P. (2023). The sustainability orientation in the wine industry: An analysis based on age as a driver. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management, 30*(3), 1300–1313. https://doi.org/10.1002/csr.2420

Broccardo, L., & Zicari, A. (2020). Sustainability as a driver for value creation: A business model analysis of small and medium enterprises in the Italian wine sector. *Journal of Cleaner Production, 259*, 120852. https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2020.120852

Bruno, R. X. (2024). The crucial role of transparent communication in sustainability: Challenges and opportunities. *International Seven Journal of Multidisciplinary, 3*(5), 1414–1422. https://doi.org/10.56238/isevmjv3n5-007

Calabrese, A., Costa, R., Gastaldi, M., Ghiron, L. N., & Montalvan, R. A. V. (2021). Implications for Sustainable Development Goals: A framework to assess company disclosure in sustainability reporting. *Journal of Cleaner Production*, 319, 128624.https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2021.128624

California Sustainable Winegrowing Alliance. (2019). Certified California Sustainable Winegrowing annual report 2019. https://library.sustainablewinegrowing.org/item/25/certified-california-sustainable-winegrowing-annual-report-2019

Cambourg, P**.** (2025). *EFRAG's cover letter to the amended European Sustainability Reporting Standards (Amended ESRS) – Final*. EFRAG. https://www.efrag.org/sites/default/files/media/document/2025-12/EFRAG%27s%20Cover%20Letter%20to%20the%20Amended%20ESRS%20Final%203%20December%202025%20%283%29.pdf

Carmo, C., Correia, I., Leite, J., & Carvalho, A. (2023). Towards the Voluntary Adoption of Integrated Reporting: Drivers, Barriers, and Practices. *Administrative Sciences,* 13(6), 148. https://doi.org/10.3390/admsci13060148

Castro, F. (2023). Adega de Monção colhe menos uvas, mas aumenta lucros. *ECO Sapo*. https://eco.sapo.pt/2023/04/27/adega-de-moncao-colhe-menos-uvas-mas-aumenta-lucros/

CDP (s.d.). Carbon Disclosure Program. https://www.cdp.net/en

CDSB (2022). Framework for reporting environmental and social information. https://www.cdsb.net/what-we-do/reporting-frameworks/environmental-information

CERTIS. (s.d.). *Referencial Nacional de Certificação de Sustentabilidade do setor vitivinícola (RNCSSV)*. https://certis.pt/?s=RNCSSV

Cho, C. H., & Patten, D. M. (2007). The role of environmental disclosures as tools of legitimacy: A research note. *Accounting, Organizations and Society,* 32(7–8), 639–647. https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0361368206001036

Cho, C. H., Laine, M., Roberts, R. W., & Rodrigue, M. (2018). The Frontstage and Backstage of Corporate Sustainability Reporting: Evidence from the Arctic National Wildlife Refuge Bill. *Journal of Business Ethics,* 152, 865–886. https://doi.org/10.1007/s10551-016-3375-4

Christ, K. L., & Burritt, R. L. (2013). Critical environmental concerns in wine production: An integrative review. *Journal of Cleaner Production, 53*, 1-14. https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2013.04.007

Conselho da União Europeia. (2024). Council adopts directive to delay reporting obligations for certain sectors and third-country companies. https://www.consilium.europa.eu/en/press/press-releases/2024/04/29/council-adopts-directive-to-delay-reporting-obligations-for-certain-sectors-and-third-country-companies/#:~:text=More%20time%20to%20prepare%20reporting%20The%20directive,sustainability%20standards%20and%20standards%20for%20non%2DEU%20companies

Comissão Europeia. (2019). Uma Europa sustentável até 2030: Documento de reflexão. https://commission.europa.eu/document/download/3dab8f75-8c9d-4cf2-b215-d9098e69b654_en?filename=rp_sustainable_europe_30-01_en_web.pdf

Comissão Europeia. (2001). The green paper. https://www.jussemper.org/Resources/Corporate%20Activity/Resources/greenpaper_en.pdf

Comissão Europeia. (2023). Regulamento Delegado (UE) 2023/2772 da Comissão, de 31 de julho de 2023, que complementa a Diretiva 2013/34/UE do Parlamento Europeu e do Conselho no respeitante às normas de relato de sustentabilidade. https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/ALL/?uri=CELEX:32023R2772

Correia, R. (2022). *Os portugueses estão a rumar ao consumo sustentável? O panorama atual*. Revista Sustentável. https://www.revistasustentavel.pt/capital-natural/pt-consumo-sustentavel/

Correia, M. S. (2019). Sustainability: An overview of the triple bottom line and sustainability implementation. *International Journal of Strategic Engineering*, 2(1), 29–38. https://doi.org/10.4018/IJoSE.2019010103

Costa, A., M., Trigo, A., Fragoso, R. (2023). Assessing sustainability performance: a comprehensive overview of the Portuguese wine sector. *Revista de Economia e Sociologia Rural, 61(spe),* e277414. https://revistasober.org/article/10.1590/1806-9479.2023.277414/pdf/resr-61-Especial-e277414.pdf

Costa, A., M., Trigo, A., Fragoso, R. (2022). Sustainability awareness in the Portuguese wine industry: a grounded theory approach. *International Journal of Agricultural Sustainability,* *20*(7), 1437–1453. https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/14735903.2022.2150377

Costa, J. M., Galvão, M., & Catarino, S. (2024). A fileira vitivinícola e os desafios da sustentabilidade e certificação. *Voz do Campo*, 279, 83–85. https://www.researchgate.net/publication/379977733_A_fileira_vitivinicola_e_os_desafios_da_sustentabilidade_e_certificacao

Delloite. (2023). *International Sustainability Standards Board Overview. https://www.deloitte.com/uk/en/services/audit-assurance/about/international-sustainability-standards-board.html*

Demaria, S., & Rigot, S. (2021). Corporate environmental reporting: Are French firms compliant with the Task Force on Climate Financial Disclosures' recommendations*? Business Strategy and the Environment,* *30*(1), 721–738. https://doi.org/10.1002/bse.2651

Ecovadis (2025). Relatório de sustentabilidade: Estruturas, benefícios e desafios. https://ecovadis.com/pt/glossary/sustainability-reporting/

EFRAG. (s.d.). About us. https://www.efrag.org/en/about-us

EFRAG (2024). Voluntary reporting standard for SMEs (VSME). Voluntary reporting standard for SMEs (VSME), Concluded | EFRAG

Eng, L. L., Fikru, M., & Vichitsarawong, T. (2022). Comparing the informativeness of sustainability disclosures versus ESG disclosure ratings. *Sustainability Accounting, Management and Policy Journal,* 13(2), 494–518. https://doi.org/10.1108/SAMPJ-03-2021-0095

Faist Group. (2025). The environmental, economic and social benefits of the circular economy. https://www.faistgroup.com/news/circular-economy-benefits/

Ferreira, C. S. & Gerolamo, M. C. (2016). Análise da relação entre normas de sistema de gestão (ISO 9001, ISO 14001, NBR 16001 e OHSAS 18001) e a sustentabilidade empresarial. *Gestão & Produção, 23*(4), 689-703. https://doi.org/10.1590/0104-530X2525-15

Ferrer, J. R., García-Cortijo, M. C., Pinilla, V., & Castillo-Valero, J. S. (2022). The business model and sustainability in the Spanish wine sector. *Journal of Cleaner Production, 330*, 129810. https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2021.129810

Fontgalland, I. (2022). Economia circular e consumo sustentável. Editora Ampla. https://ampllaeditora.com.br/books/2022/04/EconomiaCircularConsumoSustentavel.pdf

Global Reporting Initiative & Sustainability Accounting Standards Board. (2021). *Reporting on enterprise value: Illustrated with a prototype climate-related financial disclosure.*

Gokten, S., Ozerhan, Y., Gokten P., et al. (2020). The historical development of sustainability reporting: a periodic approach. *ZTR,* 107(163), 99-118. https://doi.org/10.5604/01.3001.0014.2466

Grandes Escolhas. (2025). 35% dos Vinhos do Alentejo produzidos de forma mais sustentável.

https://grandesescolhas.com/tag/programa-de-sustentabilidade-dos-vinhos-do alentejo/#:~:text=s%C3%A3o%20sujeitos%20a%20auditorias%20anuais%20para%20avaliar

GRI 1 (2021). GRI 1: Fundamentos 2021. https://www.globalreporting.org/how-to-use-the-gri-standards/gri-standards-english-language/

GRI 2 (2021). GRI 2: Conteúdos Gerais 2021. https://www.globalreporting.org/how-to-use-the-gri-standards/gri-standards-english-language/

GRI 3 (2021). GRI 3: Temas Materiais 2021. https://www.globalreporting.org/how-to-use-the-gri-standards/gri-standards-english-language/

GRI, UN Global Compact, & WBCSD. (2015). SDG Compass: Guia para alinhar as estratégias empresariais com os ODS. https://bcsdportugal.org/wp-content/uploads/2020/12/SDG-Compass.pdf

Grupo Report. (2024). ESRS: como funcionarão as novas normas de relato de sustentabilidade. https://gruporeport.com.br/esrs-como-funcionarao-as-novas-normas/

Guerra, B. C., & Leite, F. (2021). Circular economy in the construction industry: An overview of United States stakeholders' awareness, major challenges, and enablers. *Resources, Conservation & Recycling, V (170)*, Artigo nº 105617. https://doi.org/10.1016/j.resconrec.2021.105617

HMW. (2023). *A sustentabilidade na indústria vitivinícola – Selo de referência.* https://hmw.pt/sustentabilidade-na-industria-vitivinicola-selo-de-referencia/

IAPMEI. (2024). *Como estão estruturadas as normas europeias de reporte da sustentabilidade (ESRS)*? https://www.iapmei.pt/Paginas/Normas-europeias-de-reporte-da-sustentabilidade-(E.aspx

IFRS Foundation. (2023). *Effects Analysis | IFRS S1 General Requirements for Disclosure of Sustainability related Financial Information and IFRS S2 Climate-related Disclosures.* https://www.ifrs.org/content/dam/ifrs/project/general-sustainability-related-disclosures/effects-analysis.pdf

IFRS Foundation. (2024). *Progress on Corporate Climate-related Disclosures—2024 Report.*

https://www.ifrs.org/content/dam/ifrs/supporting-implementation/issb-standards/progress-climate-related-disclosures-2024.pdf

IFRS Foundation. (s.d.-a). Integrated Reporting. https://www.ifrs.org/issued-standards/integrated-reporting/

Iserhard, F. Z., Kipper, L.M. & Paz, F.J. (2014). Sustentabilidade nas organizações: vantagens e desafios. Anais do III SINGEP e II S2IS. https://www.singep.org.br/3singep/resultado/228.pdf%20

IVV. (2022). Referencial Nacional de Certificação de Sustentabilidade do Setor Vitivinícola. https://www.ivv.gov.pt/np4/786/

Johnson, M. D., Huysman, A. E., St. George, D. A., Kammerichs-Berke, D., Carlino, J. E., & Estes, B. R. (2023). Wine and wildlife: An exploratory study of the depiction of animals on wine labels available in the United States. *Journal of Food Distribution Research, 53*(3), 40-66. https://www.fdrsinc.org/wp-content/uploads/2023/02/JFDR53.3_3_Johnson.pdf

Jornal de Negócios. (2025). Revista Prémio Nacional de Sustentabilidade 2025. https://cdn.xl.pt/bs/themes/sustentabilidade-2030/pdf/Revista-PNS-2025.pdf

Joshi, K., Magdouli, S., & Brar, S. K. (2025). Bioleaching for the recovery of rare earth elements from industrial waste: A sustainable approach. *Resources, Conservation and Recycling, V (215)*, Artigo nº 108129. https://doi.org/10.1016/j.resconrec.2025.108129

Kiwa. (2025). Sustentabilidade no setor vitivinícola português. https://www.kiwa.com/pt/pt/conhecimentos/noticias/sustentabilidade-no-setor-vitivinicola-portugues/

KPMG Portugal. (2025). União Europeia apresenta propostas Omnibus. https://kpmg.com/pt/pt/insights/2025/03/uniao-europeia-apresenta-propostas-omnibus.html

Krants, T., & Jonker, A. (2023). O que é um relatório de sustentabilidade? https://www.ibm.com/br-pt/think/topics/sustainability-report

Krasodomska, J., Zarzycka, E., & Zieniuk, P. (2023). Voluntary sustainability reporting assurance in the European Union before the advent of the corporate sustainability reporting directive: The country and firm-level impact of Sustainable Development Goals. *Sustainable Development, 32(*3), 1652-1664. https://doi.org/10.1002/sd.2744Digital Object Identifier (DOI)

Lange, R., Nadja P., O'Connell, K. (2024). The promise and reality of CSRD reporting. PwC's Global CSRD Survey. https://www.PwC.com/gx/en/issues/esg/global-csrd-survey.html

Leitão M., Teles G., Soares da Silva & Associados. (2025). Legal Alert | Stop the clock: adiamento da aplicação de requisitos de relato de sustentabilidade e de dever de diligência. https://www.mlgts.pt/pt/conhecimento/legal-alerts/Legal-Alert-Stop-the-clock-adiamento-da-aplicacao-de-requisitos-de-relato-de-sustentabilidade-e-de/26083/

Littenberg, M. R., Rotter, M., & Witschi, P. (2025). EFRAG launches public consultation on European sustainability reporting standards. Ropes & Gray. https://www.ropesgray.com/en/insights/viewpoints/102k7sh/efrag-launches-public-consultation-on-european-sustainability-reporting-standards

LIVE. (s.d.) Certified Sustainable Winegrowing of the Pacific Northwest. https://livecertified.org/

López-Santiago, J., Md Som, A., Ruiz-Garcia, L., Zubelzu Mínguez, S., & Gómez Villarino, M. T. (2024). Assessment of environmental management performance in wineries: A survey-based analysis to create key performance indicators. *Environments, 11*(7), 139. https://doi.org/10.3390/environments11070139

Macedo, M. S. (2024). Sustentabilidade e Gestão de Água numa Adega [Dissertação de mestrado, Universidade do Minho]. RepositóriUM. https://repositorium.uminho.pt/server/api/core/bitstreams/8565066c-5952-483b-b352-5237ea7e40af/content#:~:text=diminuir%20os%20custos%20operacionais

Marques, A., Guerra, M., Ferreira, F., Sousa, T., A., Teixeira, C., A. (2025). Challenges of Implementing Sustainability Benchmarks in Wine Cooperative. *Agronomy*. https://www.researchgate.net/publication/392508607_Challenges_of_Implementing_Sustainability_Benchmarks_in_Wine_Cooperative

Miller, K. (2020). The triple bottom line: What it is & why it's important. Harvard Business School Online. https://online.hbs.edu/blog/post/what-is-the-triple-bottom-line

Miranda, D., C. (2023). Sustentabilidade empresarial: um enfoque na gestão contemporânea. *Revista Multidisciplinar do Nordeste*. https://revista.unipacto.com.br/index.php/multidisciplinar/article/view/707

Morandi, S., & Zinno, I. (2025). Sustainable practices in the wine sector: Firm perspectives and actions. *International Journal of Wine Business Research, 37*(4), 640–676. https://doi.org/10.1108/IJWBR-01-2025-0005

Moura, C. M. T. (2020). Práticas sustentáveis no sector vitivinícola do Alentejo [Dissertação de mestrado, Universidade de Évora]. Repositório Digital da Universidade de Évora. https://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/27706/1/Mestrado-Pol%C3%ADticas_P%C3%BAblicas_e_Projectos-Carlos_Manuel_Trindade_Moura-Pr%C3%A1ticas_sustent%C3%A1veis_no_sector_vitivin%C3%ADcola....pdf

Muñoz, R. M., Fernández, M. V., & Salinero, Y. (2021). Sustainability, corporate social responsibility, and performance in the Spanish wine sector. *Sustainability, 13*(1), Article 7. https://doi.org/10.3390/su13010007

Muñoz Rojas J., Rivera, M., Da Veiga, José., Barroso, L., Pinto-Correira, T., Thidell, A. 2022. "Interactive innovation is a key factor influencing the sustainability of value chains in the wine sector". Improving Sustainable Viticulture and Winemaking Practices. Elsevier, Pág.461-484.https://rdpc.uevora.pt/handle/10174/31993

Nguyen, H. L., & Kanbach, D. K. (2023). Toward a view of integrating corporate sustainability into strategy: A systematic literature review. Corporate Social Responsibility and Environmental Management. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management 31*(2), pág.962–976. https://doi.org/10.1002/csr.2611

O'Reilly, S., Mac An Bhaird, C., Gorman, L., & Brennan, N. M. (2024). Accounting practitioners' perspectives on small- and medium-sized enterprises' environmental sustainability reporting. *Journal of Applied Accounting Research, 26*(6), 26-46. https://doi.org/10.1108/JAAR-08-2023-0250

Organização Internacional da Vinha e do Vinho (OIV). (2004). *Development of sustainable vitiviniculture* (Resolution OIV-CST 1/2004). https://www.oiv.int/node/3391

Organização Internacional da Vinha e do Vinho (OIV). (2016). *General principles of sustainable vitiviniculture* (Resolution OIV-CST 518-2016). https://www.oiv.int/node/3207

Organização Internacional da Vinha e do Vinho (OIV). (2025a). *World Wine Production Outlook I: First Estimates 2025*. https://www.oiv.int/sites/default/files/documents/OIV_2025_World_Wine_Production_Outlook.pdf

Organização Internacional da Vinha e do Vinho (OIV). (2025b). State of the world vine and wine sector in 2024. https://www.oiv.int/sites/default/files/2025-04/OIV-State_of_the_World_Vine-and-Wine-Sector-in-2024.pdf

Parlamento europeu. (2024). Economia circular: definição, importância e benefícios. https://www.europarl.europa.eu/topics/pt/article/20151201STO05603/economia-circular definicaoimportancia-e-beneficios

Parlamento Europeu, & Conselho da União Europeia. (2025). *Diretiva (UE) 2025/794 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de abril de 2025, que altera as Diretivas (UE) 2022/2464 e (UE) 2024/1760 no que respeita às datas a partir das quais os Estados-Membros devem aplicar determinados requisitos de relato de sustentabilidade das empresas e de dever de diligência em matéria de sustentabilidade*. *Jornal Oficial da União Europeia*. *https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=OJ:L_202500794*

Pereira, R., S., C. (2021). The Circular Economy and the 2030 Agenda: progress analysis in Portugal. E3 — Revista De Economia, Empresas E Empreendedores Na CPLP, 7(1), 097–124. https://revistas.ponteditora.org/index.php/e3/article/view/381

Perera-Aldama, L. (2023). GRI and materiality: discussions and challenges. *Sustainability Accounting, Management and Policy Journal, 14*(4), 884-903. https://doi.org/10.1108/SAMPJ-05-2022-0238

Pomarici, E., & Vecchio, R. (2019). Will sustainability shape the future wine market? *British Food Journal*, 121(1), 50-62. https://www.researchgate.net/publication/333256668_Will_sustainability_shape_the_future_wine_market

Portugal Forbes. (2024). Monção e Melgaço: onde o Alvarinho se transforma em arte líquida. https://www.forbespt.com/moncao-e-melgaco-onde-o-alvarinho-se-transforma-em-arte-liquida/

Programa de Sustentabilidade dos Vinhos do Alentejo. Vinhos do Alentejo. https://sustentabilidade.vinhosdoalentejo.pt/pt/melhores-praticas-na-vinha

Público. (2021). Monção & Melgaço: Conheça os encantos do berço da casta Alvarinho. https://www.publico.pt/2021/09/22/estudiop/noticia/moncao-melgaco-conheca-encantos-berco-casta-alvarinho-1977642

PwC Portugal. (2023). *Normas de relato de sustentabilidade da UE (ESRS)*. https://www.pwc.com/pt/pt/sustentabilidade/docs/pwc-sustentabilidade-normas-relato.pdf

Quintas de Melgaço, S.A. (2023). *Código de ética e conduta*.

Quintas de Melgaço, S.A. (2025a). *Manual de acolhimento*.

Quintas de Melgaço, S.A. (2025b). *Relatório de gestão 2024*.

Quintas de Melgaço, S.A. (s.d.). *Website institucional*. https://quintasdemelgaco.pt/

Ramanathan, S., & Isaksson, R. (2023). Sustainability reporting as a 21st century problem statement: using a quality lens to understand and analyse the challenges. *TheTQM Journal*, 35(5), 1310–1328. https://doi.org/10.1108/TQM-01-2022-0035

Revista de Vinhos. (2024). *Monção e Melgaço – Viagem por um terroir único no mundo*. https://www.revistadevinhos.pt/noticias/moncao-e-melgaco-viagem-por-um-terroir-unico-no-mundo

Roca, P. (2020). OIV-VITI 641-2020: Resolution on sustainable vitiviniculture *International Organisation of Vine and Wine (OIV)*. https://www.oiv.int/public/medias/7601/oiv-viti-641-2020-en.pdf

Roşca, P.C., & Bac, D.O. (2019). Sustainability Reporting Process: Benefits, Limits and Achievements. Annals Faculty of Economics, 60-70. https://econpapers.repec.org/article/orajournl/v_3a1_3ay_3a2019_3ai_3a2_3ap_3a60-70.htm

Rugani, B., & Lamastra, L. (2023). A common framework for sustainability indicators in the wine sector: Dream or reality? *Current Opinion in Environmental Science & Health, 31*, 100408. https://doi.org/10.1016/j.coesh.2022.100408

Santos, E. H., Silva, M. A. (2017). Sustentabilidade empresarial: um novo modelo de negócio. *Revista Ciência Contemporânea*, 2(1), pp.75-94. https://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20180301124814.pdf

Savitz, A. W., & Weber, K. (2015). The triple bottom line. *Edublog Space.* https://edublog.space/wp-content/uploads/2015/04/the-triple-bottom-line.pdf

Sehgal, V., Garg, N., & Singh, J. (2023). Impact of sustainability reporting and performance on organization legitimacy. *International Journal of System Assurance Engineering and Management,* 14, 143–153. https://doi.org/10.1007/s13198-022-01830-y

Sehnem, S., Campos, L. M. S., Julkovski, D. J., & Cazella, C. F. (2019). Circular economy in the wine chain production: Maturity, challenges, and lessons from an emerging economy perspective. *Management Decision*, *57*(4), 1043–1066. https://doi.org/10.1108/MD-07-2018-0844

Singhania, M., & Chadha, G. (2023). Thirty years of sustainability reporting research: a scientometric analysis. *Environmental Science and Pollution Research,* 30, 102047-102082. https://doi.org/10.1007/s11356-023-29452-2

SIP Certified. (s.d.). About SIP Certified: What makes a wine and vineyard sustainable. https://www.sipcertified.org/about/

Smith, K. (2011). The California Sustainable Winegrowing Program: Industry-driven standards for sustainability in winegrowing. Pacific institue. https://pacinst.org/wp-content/uploads/2013/02/industry_driven_standards_california_sustainable_wine growing_program3.pdf

Sommeliers Choice Awards. (s.d.). Essential Sustainability Certifications for US Wineries: What They Are and Why They Matter. https://sommelierschoiceawards.com/en/blog/insights-1/essential-sustainability-certifications-for-us-wineries-what-they-are-and-why-they-matter-1160.htm

Souza, F., R. (2024). Comportamento do consumidor e produtos socioambientais: desafios e oportunidades para o mercado. *Revista Produção Online*, 24(3). https://www.producaoonline.org.br/rpo/article/view/5270

TCFD (s.d.). Task Force on Climate-related Financial Disclosures. https://www.fsb-tcfd.org/

Thistlethwaite, J. (2015). The politics of experimentation in climate change risk reporting: the emergence of the Climate Disclosure Standards Board (CDSB). *Environmental Politics, 24(*6), 970–990. https://doi.org/10.1080/09644016.2015.1051325

União Europeia (2022). *Diretiva (UE) 2022/2464 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de dezembro de 2022, sobre Relatórios de Sustentabilidade Corporativa (CSRD).* Jornal Oficial da União Europeia, L 322/15. https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX%3A32022L2464

União Europeia (2023). The Commission adopts the European Sustainability Reporting Standards. https://finance.ec.europa.eu/news/commission-adopts-european-sustainability-reporting-standards-2023-07-31_en

United Nations. (2015). Transforming our world: the 2030 agenda for sustainable development. https://sdgs.un.org/sites/default/files/publications/21252030%20Agenda%20for%20Sustainable%20Development%20web.pdf

Velenturf, A. P. M., & Purnell, P. (2021). Principles for a sustainable circular economy. *Sustainable Production and Consumption, v(27)*, 1437–1457. https://doi.org/10.1016/j.spc.2021.02.018

ViniPortugal. (2025). Relatório de Gestão do Exercício de 2024. https://viniportugal.pt/media-files/documents/Relatorio_de_Gest%C3%A3o_do_Exercicio_2024.pdf

Whittingham, K. L., Earle, A. G., Leyva-de la Hiz, D. I., & Argiolas, A. (2023). The impact of the United Nations Sustainable Development Goals on corporate sustainability reporting. *BRQ Business Research Quarterly,* 26(1), 45–61. https://doi.org/10.1177/23409444221085585

Wine Australia. (2023). *Sustainability reporting and communications. https://www.wineaustralia.com/sustainability/sustainability-reporting-and-communications*

World Commission on Environment and Development (1987). Report of the World Commission on Environment and Development: Our Common Future. Oxford UniversityPress**.**

https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/5987our-common-future.pdf

Xavier, F. (2022). Adega de Monção com Nova Garrafa e Vinho Vegan. Geice FM. https://radiogeice.com/2022/08/adega-de-moncao-com-nova-garrafa-e-vinho-vegan/

APÊNDICES

Apêndice 1 – Guião de Entrevista

Informações gerais

1. Nome do entrevistado(a)
2. Cargo/função na empresa
3. Tempo de atividade na empresa
4. Formação académica

Grupo 1 – Práticas de sustentabilidade

Objetivo: Identificar quais as práticas de sustentabilidade implementadas na empresa e compreender a sua maturidade e grau de estruturação

5. A empresa adota práticas relacionada com sustentabilidade? Se sim, quais destacaria e em que áreas considera que são mais evidentes? (ex.: vinha, adega, gestão de resíduos, energia, água, packaging, enoturismo, condições de trabalho, ligação à comunidade, etc.)
6. Como surgiu a ideia de implementar estas práticas (iniciativa da gestão, pressão de stakeholders, legislação, tendências de mercado, etc.)?
7. Existem indicadores ou registos para acompanhar resultados dessas mesmas práticas (ex.: consumos de energia/água, volume de resíduos reduzidos, certificações obtidas, prémios, feedback de clientes)? Se sim, pode indicar valores ou fontes de dados recentes?
8. Existe alguma pessoa ou equipa com responsabilidade específica na área da sustentabilidade (mesmo que acumulada com outras funções)?
9. As práticas de sustentabilidade estão integradas na estratégia e na gestão da empresa (ex.: objetivos anuais, planos de investimento, decisões de produção), ou surgem de forma mais pontual?
10. A empresa promove ações de formação, sensibilização ou partilha de informação sobre sustentabilidade junto dos colaboradores ou parceiros?

Grupo 2 – Relato de sustentabilidade

Objetivo: Analisar como a empresa comunica as suas práticas de sustentabilidade.

11. Como é que estas práticas de sustentabilidade são atualmente divulgadas ou comunicadas (ex.: redes sociais, site, relatórios anuais, eventos, certificações, conversas com clientes) e com que frequência?
12. Como descreveria o nível de maturidade do relato de sustentabilidade na empresa (iniciante, em desenvolvimento, consolidado; considerando histórico de comunicação, formalização, indicadores usados)?
13. Que referenciais/normas irão utilizar para a elaboração do relato?
14. Qual o público-alvo prioritário para este relato (clientes, investidores, colaboradores, comunidade, reguladores)?
15. Que importância atribui à transparência e à credibilidade dessa comunicação para a reputação da empresa e da sub-região de Monção & Melgaço?
16. Que dados ou exemplos de práticas querem destacar no primeiro relato?

Grupo 3 – Barreiras à adoção do relato

Objetivo: Identificar obstáculos à implementação do relato de sustentabilidade.

17. Quais são os principais constrangimentos que sentem no dia a dia para implementar ou aprofundar práticas de sustentabilidade? Há barreiras culturais/organizacionais (resistência interna, receio de expor dados)?
18. Quais dificuldades enfrenta na preparação deste primeiro relato (recolha de dados, tempo)?

Grupo 4 – Perceções e motivações

Objetivo: Explorar perceções e motivações por detrás das práticas e relato de sustentabilidade.

19. Qual diria que é a principal motivação da empresa para adotar práticas de sustentabilidade?
20. Que benefícios a empresa retira, ou espera vir a retirar, da adoção e comunicação dessas práticas? (benefícios de curto prazo: custos, eficiência; benefícios de

longo prazo: imagem, acesso a mercados, financiamento, valorização do território, etc.)

21. Considera que não investir em sustentabilidade ou não comunicar o que já é feito pode representar algum tipo de risco para a empresa (perda de clientes, perda de competitividade, reputação, acesso a apoios, etc.)?
22. Que melhorias gostariam de implementar no futuro, tanto ao nível das práticas de sustentabilidade como da forma de as relatar/comunicar?

Grupo 5 – Comentários finais

23. Gostaria de acrescentar mais alguma informação que considere relevante?

Apêndice 2 – Termo de Participação e Consentimento

APRESENTAÇÃO DA DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO CONSENTIMENTO INFORMADO, LIVRE E ESCLARECIDO

Por favor, leia com atenção a seguinte informação. Se achar que algo está incorreto ou que não está claro, não hesite em solicitar mais informações. Se concorda com a proposta que lhe foi feita, queira assinar o documento de Consentimento informado livre e esclarecido.

Tema da dissertação:

O RELATO DE SUSTENTABILIDADE EM EMPRESAS VINÍCOLAS
(ESTUDO APLICADO À EMPRESA QUINTAS DE MELGAÇO)

Esta pesquisa está a ser desenvolvida pela mestranda Sara Beatriz de Além Malheiro, sob a orientação das professoras Lídia Cristina Alves Morais Oliveira e Ana Alexandra Ramos Caria Pereira, da Universidade do Minho, integrada nas atividades de estágio profissional realizadas na empresa Quintas de Melgaço – Agricultura e Turismo, S.A.

O seu objetivo fundamental é analisar a integração da sustentabilidade nas práticas organizacionais e a caracterizar o relato de sustentabilidade as empresas vitivinícolas, com especial destaque para a sub-região de Monção & Melgaço.

A confidencialidade e anonimato dos dados serão garantidos.

Os dados recolhidos são para uso exclusivo do presente estudo, não existindo quaisquer interesses financeiros a motivar o mesmo.

A sua participação é voluntária, não existindo nenhuma contrapartida financeira ou de outra natureza, à sua participação. Em qualquer momento, poderá livremente recusar ou interromper a participação no estudo, sem qualquer tipo de penalização por este facto.

Assinatura da Mestranda: _____ Data: ____/____/____

CONSENTIMENTO INFORMADO, LIVRE E ESCLARECIDO PARA PARTICIPAÇÃO EM ESTUDO DE INVESTIGAÇÃO

Tema da dissertação:

O RELATO DE SUSTENTABILIDADE EM EMPRESAS VINÍCOLAS
(ESTUDO APLICADO À EMPRESA QUINTAS DE MELGAÇO)

Na qualidade de participante no estudo acima referido, declaro que compreendi todos os objetivos da minha participação no mesmo, pelas informações que me foram fornecidas.

Foi garantida a confidencialidade e anonimato dos dados, e a possibilidade de, em qualquer altura, recusar participar neste estudo sem qualquer tipo de consequências. Tive oportunidade de fazer perguntas e as minhas dúvidas foram esclarecidas. Desta forma, aceito de livre vontade a participação neste estudo e permito a utilização dos dados que de forma voluntária forneço, confiando em que apenas serão utilizados para esta investigação, aceitando também a divulgação dos resultados obtidos no meio científico, garantindo o anonimato.

Nome Completo: _____

Assinatura: _____ **Data:** ____ /____ / _____

ANEXOS

Anexo 1- Organograma das Quintas de Melgaço, S. A.

